



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 137

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	2459
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2464
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2469

TAQUIGRAFIA

25ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A MILITARIZAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS

Em 14 de Agosto de 2017

Presidência do Sr.

LAZINHO DA FETAGRO - Deputado

HERMÍNIO COELHO - Deputado

(Às 15 horas e 29 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, realiza Audiência Pública objetivando discutir sobre a militarização nas Escolas Estaduais.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Adelino Follard; Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Hermínio Coelho; Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid; senhora Maria Angélica Aires, Gerente de Educação representando a SEDUC; senhor Nereu Klotzinski, Presidente da CUT; Tenente Coronel Lima, Diretor do CTPM Unidade I, Porto Velho, representando a Polícia Militar; Professora Marilza Miranda de Souza, representando a UNIR; senhor Manoel Rodrigues da Silva, Presidente do SINTERO; Padre Valdecir Luis Cordeiro, Assessor da Pastoral da Educação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro

aberta a 25ª Audiência Pública Objetivando Discutir Sobre a Militarização nas Escolas Estaduais.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé cantarmos o Hino Céus de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem sentar, muito obrigado. Antes das falas iniciais, da orientação metodológica desta Audiência Pública, registramos aqui a presença do Professor Josenir Dettoni, representando a Pastoral da Educação da Arquidiocese de Porto Velho e também o senhor José Dettoni, Chanceler da São Lucas; senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores no Estado de Rondônia; senhoras e senhores diretores e vice-diretores das escolas estaduais e municipais; Mirla Oliveira Mota, Secretária, representando a Secretaria de Juventude do PT; Tenente PM Ossuci, Diretora do CTPM em Jaci-Paraná; professora Irani Oliveira Lima, Coordenadora Regional de Educação de Porto Velho; Maria das Graças Costa Paiva, Conselheira, representando o SEAS; senhora Maria Rodrigues de Souza, Secretária Municipal de Educação de Urupá; Capitão BM Rocha, Diretor do Colégio Tiradentes VIII; senhor Antônio Saldanha Marques, Diretor da Escola Osvaldo Piana do bairro Nacional, senhora Josiane Lima, Conselheira do Conselho da Criança e do adolescente; senhor professor Agenor Fernandes de Souza, representante do Conselho Estadual de Educação; Dr. Valter Gustavo Lemes, Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB; Excelentíssimo Senhor Vereador Natan Lima, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ariquemes; professor Raimundo José dos Santos Filho, representando o Instituto Federal de Educação; Excelentíssimo senhor Vereador Jeová Moreira Câmara Municipal de Cacoal; senhor Márcio Viana, Secretário de Política Agrária da Fetagro; Excelentíssimo senhor Vereador professor Nilton Cesar da Mata, Câmara Municipal de Cacoal; senhor Sebastião Leitão, Coordenador Disciplina do Colégio Carmela Dutra; senhoras e senhores presidentes de sindicato rurais, alunos, todos os nossos convidados. E a partir desse momento toda a dinâmica desta Audiência Pública será por conta de Sua Excelência Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública, com a palavra Sua Excelência o Deputado Lazinho da Fetagro.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO

1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS

2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO

2º Secretário: ALEX REDANO

3º Secretário: DR. NEIDSON

4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer

Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz

Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde senhoras e senhores. É com satisfação, é com alegria que nós podemos mais uma vez ter esse plenário repleto de representantes da sociedade, de profissionais da área da educação, alunos das escolas, hoje, militarizadas, alunos de escolas convencionais, autoridades aqui presentes. Eu quero cumprimentar a nossa Mesa aqui composta, Deputado Adelino Follador; Deputado Jesuíno Boabaid; Deputado Hermínio; desde já agradecer a presença dos senhores para contribuir no debate aqui proposto. Cumprimentar o Deputado Léo Moraes que esteve por aqui, não sei se ainda está? Esteve por aqui. Cumprimentar a senhora Maria Angélica Aires, Gerente da Educação da Seduc, está à Mesa; Presidente da CUT/RO, o senhor Nereu Klosinski; Presidente do Sintero, Manoel Rodrigues; Tenente Coronel Diretor do CTPM-I; professora Marilza Miranda de Souza, representando a Unir e o Padre Valdecir Luiz Cordeiro, Assessor da Pastoral de Educação da Diocese de Porto Velho. Nós vamos cumprimentar aqui, também não sei se foi citado o meu amigo e Presidente da Fetagro, Fábio Menezes, junto com ele toda a Delegação dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadores rurais, também, que se fazem presentes. Hoje, deputados, nós tivemos de manhã uma audiência com o Governador onde, também, apresentamos, a Fetagro apresentou a pauta do Grito da Terra deste ano e, eles vieram para as duas atividades, tanto para audiência de manhã quanto agora à tarde nesta Audiência Pública. Cumprimentar também todos os outros diretores da CUT, dos sindicatos e do Sintero que estão presentes. Dizer para os senhores que nós vamos ter uma dinâmica bastante simples, nós vamos ouvir um expositor de cada lado, nós vamos posteriormente ouvir algumas inscrições que já foram feitas aqui e posteriormente é que a gente vai passar para a Mesa, já fazer as considerações e alguns encaminhamentos que porventura tiver. Quero pedir para que todos os presentes tenham a paciência de ouvir os lados, porque a Audiência Pública é para isso, para esclarecimento, que a gente possa entender que só está havendo Audiência Pública porque tem uma parte da sociedade que é a favor, tem uma parte que é contra e a obrigação da Casa de Leis, que é a Casa do Povo, dar a oportunidade para que a sociedade possa pensar, possa discutir e possa tirar suas próprias conclusões. Aqui, cada um tem um pensamento. Eu tenho o meu, o Deputado Adelino tem o dele, Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, nós divergimos de ideias, mas temos a responsabilidade, acima de tudo, de ouvir a sociedade e poder pontuar e tirar as conclusões que precisam ser tiradas. Independente de cada um ter o seu posicionamento, o que importa para nós é o bem-estar da comunidade e neste caso da comunidade escolar do Estado de Rondônia. Então nós vamos convidar a Tenente Érika Ossucci, que vai fazer uma apresentação, Diretora da Escola Militar Tiradentes I. Aqui, Tenente. Da Tiradentes II, da I é aqui de Porto Velho, ela é lá de Jaci-Paraná. Com a senhora, Tenente.

A SRA. ÉRIKA OSSUCCI – Em nome da Polícia Militar eu cumprimentar todos os presentes e dizer que mais uma vez é um prazer estar aqui para demonstrar o trabalho que está sendo desenvolvido lá em Jaci-Paraná e como em todas as apresentações, eu gostaria de iniciar essa apresentação de hoje e deixar bem claro para os senhores que o que eu vou fazer aqui é uma demonstração, um convite que sempre me é feito para que nessas Audiências, para que nesses eventos eu apresente o modelo de colégio militar que a gente desenvolveu lá no distrito de Jaci-Paraná. E eu sempre deixo bem claro, que eu pertenço a CRE de Porto Velho, está presente ali a minha Coordenadora, o respeito que eu tenho a todos os diretores de todas

as escolas, meus colegas, que me ensinaram muito e eu sempre digo, para que o debate aconteça, para que realmente seja um debate salutar, que acrescente alguma coisa, a gente tem que conhecer as duas partes, não é? A gente tem que conhecer tanto a questão de como realmente funciona o modelo que está sendo solicitado, que seja implantado, quanto o outro lado também. Então, o meu papel aqui é mostrar o modelo que é desenvolvido lá no distrito de Jaci-Paraná. Eu gostaria, inicialmente, antes de apresentar o modelo aqui, fosse passado aquele vídeo.

(Apresentação de vídeo)

Então pessoal, o Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Jaci-Paraná ele foi criado, ele foi inaugurado no ano de 2014, foi o primeiro ano de funcionamento, nós estamos com três anos e meio de funcionamento, essa é uma foto externa, aérea da escola, hoje na escola estão sendo construídas mais 10 salas de aulas a escola está sendo ampliada, então, eu vou só esclarecer rapidamente algumas situações que nos diferenciam do CTPM I de Porto Velho. Uma das diferenças é a questão das vagas. Então, sabe que o Colégio Tiradentes de Porto Velho, um excelente colégio, ele foi criado para filhos e dependentes de filhos de militares, não é? Então, 70% das vagas do colégio são direcionadas para esse público e 30% para a população civil, no caso. Já o Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Jaci-Paraná, que é o mesmo modelo que está sendo implantado no Estado, não há essa diferenciação, ou seja, tanto filhos de militares quanto do pessoal civil não existe nenhuma diferenciação nessa disputa de vaga, isso é igualitária, não tem nenhuma diferença, existe internamente uma seleção que é feita, no caso lá em Jaci-Paraná, a gente seleciona através do último boletim do aluno, mas, não existe nenhuma diferenciação quanto a pessoa que está sendo, está solicitando a vaga para ingressar ali na escola. O Colégio Tiradentes de Jaci-Paraná agora, nesse ano que está entrando 2018 a gente completa 04 anos, e como os senhores puderam ver ali no nosso vídeo institucional a gente está muito feliz com o trabalho que vem sendo realizado, a comunidade ela está satisfeita, toda equipe também satisfeita com os resultados que nós estamos atingindo. Então, o nosso lema: “não somos melhores que ninguém, somos apenas diferenciados”. A missão da instituição através do humanismo e por elevados padrões de exigências, disciplina e responsabilidade que valorizam o conhecimento como condição de acesso ao mundo, prestar à comunidade um serviço educacional de excelência contribuindo para formação de cidadãos críticos conscientes de seus deveres e direitos e capazes de atuar como agente de mudança num ambiente participativo, aberto, integrador.

A visão da instituição. Ser um colégio de referência pelo sucesso acadêmico e profissional dos nossos alunos, pelo comprometimento com ensino, qualidade no ambiente interno das relações externas e pelo elevado grau de satisfação de nossa clientela e da comunidade. E aí nós temos alguns valores, que a gente considera muito nessa questão da lida porque a nossa missão lá em Jaci-Paraná quando a gente chegou lá em 2013, era justamente essa situação de lidar e resgatar adolescentes que estavam em vulnerabilidade social depois de toda a problemática social que ocorreu com a chegada dos trabalhadores das usinas. Então, os valores: disciplina, determinação ética, competência, responsabilidade, profissionalismo, disponibilidade, tolerância, humanismo, justiça, solidariedade e coragem.

Essa aqui é uma foto externa do colégio onde são quatro alunos do 6º ano e aí eu vou mostrar para os senhores vários ambientes da instituição. Todos os dias quando os alunos chegam tanto na parte da manhã quanto na parte da tarde, esses alunos eles entram em forma é cantado todo o dia da semana um hino diferenciado e são dados os avisos e os alunos são mandados para sala. Eu sempre explico também que a diferença entre um Colégio Militar e os colégios do Estado, estaduais, uma das diferenças é que dentro do colégio a gente tem duas seções específicas e os colégios do Estado, os colégios estaduais não possuem; um deles é o corpo de aluno. O que é o corpo de aluno? O corpo de aluno é uma seção que tem dentro do colégio, onde lá ficam lotados os policiais militares e é como se fosse uma secretaria responsável pela parte disciplinar do aluno. Então, o modelo lá de Jaci-Paraná, a gente tem várias adaptações do modelo do Exército, a gente usou como base na época o de Brasília, e a gente tem uma nota que a gente chama de grau de comportamento. O que é o grau de comportamento? O aluno, quando ele ingressa na escola além dele ter as notas das disciplinas, que tem todos os colégios, ele recebe uma nota de comportamento, que é uma nota para ir avaliando a disciplina do aluno no dia a dia; ele recebe uma nota 08 e de acordo com a meritocracia do aluno dentro da escola, essa nota, ela pode ser acrescida ou diminuída. E essa nota, essa mesma nota, ela acompanha o aluno durante todo o período que ele permanecer na escola, essa nota, ela não influencia na aprovação ou reprovação do aluno; é uma referência para que a gente avalie ali a parte disciplinar mesmo desse aluno, e eles, eles lutam muito para que esta nota, ela esteja num padrão bastante elevado, para eles é uma questão de honra, é uma questão muito importante que esta nota ela seja satisfatória. É através desta nota a gente vai, a gente utiliza dentro da escola para algumas situações, por exemplo, matrícula em projetos, matrícula em cursos que a gente tem, aí sim a gente utiliza essa nota. Mas, para o aluno também ele se sente muito orgulho de falar a nota dele, de dizer qual é a nota dele de comportamento dentro da escola, porque essa nota ela vai retratar também a questão da postura do aluno, a questão de comportamento dele. Então, é uma nota que diferencia a escola e também é muito importante no dia a dia do aluno.

Aqui estão algumas imagens do colégio, da instituição também, os nossos alunos desde de 2016, os nossos alunos, eles já estão fardados. Também a questão do fardamento, ele é um pouco diferenciado do CTPM de Porto Velho, porque lá nós atendemos um público bastante carente; então foi feito um uniforme adaptado a realidade dos nossos alunos. Eu sempre digo quando vão me entrevistar ou perguntar alguma coisa sobre o colégio; eu digo sempre que o colégio de Jaci-Paraná foi criado e adaptado a realidade de Jaci-Paraná, assim como as três outras Instituições que já estão funcionando no interior e assim como outras que porventura venham a surgir, sempre com esta preocupação de adaptar a região ali, a localidade onde ela está sendo, onde ela está sendo criada. São imagens também das formaturas nossas. Dentro da escola a gente tem uma horta geométrica que a gente utiliza como laboratório, aqui os alunos, eles têm aula de física, tem aula de matemática, tem aula de ciência, tem aula de biologia, eu digo sempre que é uma lição de sustentabilidade e a questão de educação alimentar, a gente utiliza a horta para isso também, e os alunos eles ajudam na manutenção da horta e ela também acaba ajudando na merenda escolar da escola e é um dos orgulhos da nossa instituição; os alunos tendo aulas.

Dentro da escola a gente tem também um orquidário, esse orquidário surgiu porque os alunos, eles traziam muitas mudas de orquídeas para escola, aí então foi criado um orquidário que também é utilizado como laboratório, eles cuidam desse orquidário, é um espaço que acabou virando, além, de ser um espaço didático, virou um espaço de atração para os visitantes que vão lá, gostam muito e os alunos também se orgulham muito desse espaço. São algumas imagens, lá em Jaci-Paraná, a gente fica num local um pouco afastado e a gente é localizado numa área bem carente. Então, a gente utiliza esta questão do embelezamento dos espaços para quê? Para que o aluno ele tenha prazer de estar dentro da escola, para que ele tenha prazer de permanecer ali. Então, hoje eu tenho aluno lá que eles ficam o dia todo na escola, então, tem que ser um local agradável, um local que favoreça que esse aluno, ele esteja num ambiente escolar, que ele estude; uma das missões nossas lá, também esta questão de... O menino não vai ficar na rua, não vai ficar lá no Rio Jaci, não vai ficar na prainha lá, ele vai ficar na escola tendo aulas, exercitando a parte esportiva, tendo aula de reforço na biblioteca. Então, hoje em dia isso acontece muito, os alunos, eles passam muito tempo dentro da escola, estudam no período que eles têm aula e no contraturno, eles estão dentro da escola fazendo atividade, ajudando, colaborando; não só os alunos, como os pais. Eu digo que lá em Jaci-Paraná, eu estou lá desde 2013, e eu digo que eu estou num momento muito feliz da minha carreira, porque a gente está colhendo todos esses frutos que foram plantados ao longo desses três anos.

Essa aqui é a Banda de Música do Colégio, e eu vou contar só uma historinha rapidamente para os senhores que quem já assistiu, já deve ter ouvido essa narrativa minha. Desde o ano passado, a gente está com o instrutor da banda, mas antes dessa data a gente não tinha o instrutor da banda ainda, e aí aquele garoto que passou falando no vídeo institucional, o Mateus, a gente estava com um problema muito sério com relação ao Mateus, e a gente já tinha os instrumentos da banda, só que a gente não tinha ainda o instrutor da banda, e aí em um dado momento, a gente já tinha se reunido muitas vezes, e o Mateus, realmente estava numa situação muito crítica, eu até tinha sentado com a mãe dele, conversado sobre essa a situação dele na escola e na comunidade que ele estava aprontando ali nas redondezas ali, e foi quando o Mateus, ele foi convidado para essa parte de música e aí então, o Mateus, ele foi convidado a tocar o projeto da fanfarra da escola. O Mateus, sozinho iniciou o projeto, ele era o instrutor, hoje ele ainda é o instrutor da fanfarra, mas ele era o único instrutor que a gente tinha na escola, com o apoio da parte pedagógica foi montado o projeto, e o Mateus, então começou dar essas aulas para os alunos da escola e no mesmo ano a fanfarra ficou em 4º lugar numa competição que participou aqui em Porto Velho, mérito do Mateus, e eu sempre gosto de elogiar ele para que, e mostrar que essas situações do aluno ser resgatado, ser, de haver essa mudança no indivíduo, isso realmente é possível. Hoje a gente atende aos alunos da escola e há alunos da comunidade.

Aqui são imagens da apresentação da banda, está aqui o Mateus, coordenado a fanfarra. A gente tem dentro da escola os projetos das escolinhas esportivas que a gente chama, a gente tem Jiu-Jitsu, tem Vôlei, tem Futebol de Salão, tem Futebol de Campo e Atletismo, várias modalidades a gente têm e o ano que vem a gente vem implantar o Judô também que é um projeto que deu muito certo dentro da escola. Então, são estratégias que a gente utiliza para que esse aluno ele permaneça na escola e a gente vem tendo excelentes resultados.

Aqui são os alunos medalhistas no campeonato, a gente sempre participa de campeonatos e a gente sempre consegue ter bons resultados. São votos das dependências da escola, a quadra da escola, essa quadra aqui, ela tem pouco tempo, a pista de atletismo, a gente fez um ensaio para que os alunos pudessem treinar, isso também é do ano passado, a quadra também foi reformada, foi arrumada ano passado.

Esse aqui é um espaço onde a gente utiliza para a leitura, para aulas também, ela é chamada de sala de aula aberta, é um espaço para o aluno sair um pouco da sala de aula e ter um ambiente diferenciado para poder desenvolver o aprendizado. Todos esses espaços que os senhores estão vendo, eles são cuidados pelos alunos e pela comunidade escolar de Jaci-Paraná.

A nossa biblioteca, a gente estimula muito a questão da leitura; do aluno frequentar a biblioteca no contraturno, eles levam muito a sério isso, e a questão da melhoria no ensino aprendizado, a gente ao longo desses anos que a gente está avaliando, é clara.

Esse aqui é o aluno zero um de 2016, ao final de todo ano, a gente ranqueia as notas de todos os alunos e o aluno que tem a nota maior, a nota mais alta da escola, ele recebe uma menção honrosa, ele recebe elogios, ele recebe uma medalha é feita toda uma publicidade em cima desse aluno para ele se sentir valorizado e também para gerar uma competição interna dentro da escola para que os outros também queiram ser o zero um, e assim a gente ganha no ensino aprendizagem.

Essa aqui é uma mesa de medalhas que a gente exibe com muito orgulho na nossa instituição, esforço desses três anos e meio de trabalho.

A gente tem a parceria, como a gente não tem o laboratório de robótica e a gente trabalha já há bastante tempo a parte de robótica e temos vários alunos premiados na aula de robótica, a gente tem uma parceria com a Universidade Federal de Rondônia, e os alunos, eles estudam a parte teórica na escola e a parte que necessita dos equipamentos mais avançados, eles fazem na Universidade.

Esse aqui é o laboratório de robótica dentro da escola, esse aqui é o aluno Rian, o Rian, já apresentou na Mostra Tec, já apresentou em várias feiras, trabalhos de robóticas, é um aluno nosso premiado que a gente se orgulha muito também. Esse aqui é um projeto do irrigador automático que ele apresentou na Mostra Tec ano passado. Esse é outro Rian, também são criações dos alunos de robótica, a mesa de medalha um pouco ampliada já. Isso é apresentação na USP em São Paulo, da aluna Débora e do aluno Patrick, a Débora ganhou uma bolsa no CNPq com essa apresentação dela nessa feira.

Essa aqui é do Prêmio Destaque do ano passado, esse aqui são alunos premiados nas Olimpíadas, na FEROCIT a gente ficou com o 1º lugar no Ensino Fundamental I, e a gente ganhou várias credenciais para apresentar em feiras fora do Estado, 02 no Sul, 01 na Colômbia e no Nordeste também com os trabalhos que os alunos apresentaram. A gente apresentou 12 trabalhos na FEROCIT. Essa aqui é a aluna Eliandra do Ensino Fundamental que ficou em 1º lugar, as duas alunas Maria Luisa e Samara que vão apresentar o trabalho delas na Colômbia, Professora Nete e Professora Socorro. Então os resultados que em resumo a gente tem alunos premiados em concurso de redação em nível estadual e nacional, Olimpíadas de química, língua portuguesa, matemática, projetos de ciências vencedores em nível estadual, nacional e agora internacional que a gente este ano vai ter a apresentação lá na Colômbia, a gente já está aguardando os resultados, a premiação em feiras e

mostras nacionais e internacionais, e aí eu sempre digo quem planta colhe e esses frutos que a gente colhe eu agradeço aos meus alunos, à comunidade de Jaci-Paraná que abraçou a escola, ajuda, colabora e está sempre presente dentro da instituição ajudando e fazendo com que ela cresça, aos alunos que sempre se esforçam, aos professores e à comunidade.

Essa é minha equipe, a equipe pedagógica da escola, minha equipe de professores se esmera nessa missão de fazer com que a escola realmente acolha o aluno e que a gente consiga cumprir a nossa missão e prestar um trabalho diferenciado que orgulhe os alunos e a comunidade onde a gente atua, a corporação, a Secretaria de Educação, o Governo do Estado, que a gente consiga cumprir a missão e graças a essas pessoas a gente está fazendo isso.

Essas são fotos do almoxarifado do colégio, refeitório da escola. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok. Obrigado Tenente Érika. Chamar agora a Professora Judite dos Santos para fazer apresentação. Mas antes registrar a presença do Deputado Jean de Oliveira, Deputado Anderson do Singeperon e do deputado Só na Bença que também passou por aqui.

A SRA. JUDITE DOS SANTOS – Boa tarde a todos e todas. Quero na pessoa do Presidente do SINTERO Manoel Rodrigues cumprimentar todos os sindicatos presentes nesta audiência pública e na pessoa do João Jorge cumprimentar todos os presentes nesta audiência pública, João Jorge diretor da Escola Capitão Cláudio Manoel da Costa. Saudar também os anfitriões desta audiência pública Deputado Maurão de Carvalho Presidente desta Casa e ao Deputado Lazinho por oportunizar esta audiência pública para discutir a militarização das escolas públicas do Estado com a participação dos principais envolvidos nessa questão que são a comunidade escolar e a sociedade em geral. Gostaria também de começar dizendo a Tenente Ossucci, que ela fez uma bela apresentação de uma escola que nós sonhamos e lutamos para ter em todo Estado de Rondônia, e antes de apresentar os motivos pelos quais defendemos uma ampla discussão aí o envolvimento dessa comunidade escolar e da sociedade como um todo para esclarecimentos quanto a escola militar e a escola militarizada que é diferente da escola militar, e aí a gente gostaria de dizer que algumas pessoas e a gente vê aí nas redes sociais que no desespero as vezes ou na falta de informação para defender a militarização da escola usam alguns argumentos equivocados, como dizer que somos contra a Polícia Militar, isso não é verdade, dizer que não aceitamos a escola militar, também não é verdade, dizer que somos a favor da indisciplina e da desordem, pelo contrário, lutamos para que as nossas escolas e os nossos profissionais sejam respeitados e os nossos alunos também na sua liberdade de expressão principalmente. Dizer que estamos defendendo bandidos. Não. Nós estamos defendendo o nosso aluno para que ele não se torne um bandido. Como eu disse, essas pessoas estão equivocadas. Bom, não somos contra a Polícia Militar, e nós já tivemos, e sempre que tem projetos que envolvem a escola e a Polícia Militar tenho certeza que todas as escolas recebem esses projetos com muito bom grado, como é o caso da Patrulha Escolar, uma atividade criada no âmbito do Governo do Estado com recursos da Educação para dar mais segurança e combater o crime ao torno das escolas, o PROERD, que é um projeto também, um ótimo projeto desenvolvido em algumas escolas. Eu achei até que estivesse o PROERD estivesse acabado, mas eu vi há alguns dias atrás uma formatura do PROERD lá em Itapuã

do Oeste. Um projeto louvável em parceria com a SEDUC e a Polícia Militar. Não somos contra a Escola Militar, não há dúvidas quanto a eficiência destas Escolas, afinal elas foram criadas para funcionar naquele modelo específico de Escola Militar. Os resultados são bons e a gente viu pela apresentação da nossa colega da Escola Militar de Jaci, a qual eu conheço porque já fiz algumas visitas na escola para chamar os nossos companheiros para a luta, então, eu conheço o espaço, é um espaço maravilhoso, sim. É um sonho, como eu já disse, é um sonho de todo nós trabalhadores em Educação, e eu acredito de toda a sociedade, que todas as escolas sejam neste modelo. Aí eu gostaria de deixar claro aqui que Escola Militar é aquela escola que foi criada, construída nos modelos e nos padrões militares. A proposta de militarizar a escola é diferente. A escola militarizada é você pegar uma escola onde tem lá cinco, três, quatro mil alunos matriculados no primeiro turno matutino, vespertino e noturno e pegar essa escola colocar ela em padrões militares, e aí quem não se adequa é quem vai embora. Isso a gente é contra porque é a mesma coisa de chegar na sua casa colocar outros padrões que não são o seu de convivência familiar, e aqueles que não se sentem bem com esses padrões que saiam da sua casa. Então a gente é contra essa militarização. Mas, de forma alguma somos contra a Escola Militar, inclusive, somos a favor que se construa escolas, e destas escolas construídas tenham as militares, para adequar aqueles pais e alunos que desejam que seus filhos estudem em escolas militares. Não podemos obrigar a todos que estão matriculados naquela escola a trabalhar da forma militar. Não acobertamos a indisciplina, muito menos a desordem. Uma das maiores lutas nossa enquanto sindicato, SINTERO, é pela valorização e o respeito pelos profissionais da Educação, seja ele professor, o gestor escolar ou os técnicos educacionais daquela escola, o que compõe o corpo e que faz a escola funcionar, que é desde o portão da escola até a sala de aula, passando pela inspeção, passando pela cozinha, pela merendeira pelo zelador. Muitos de nós, eu pelo menos, sou do tempo que educador era um profissional mais respeitado, hoje não por causa do profissional nos vemos em várias situações de desrespeito com o profissional da educação. A desvalorização profissional é uma delas. Hoje o profissional da educação não é valorizado pelos governos como se deveria, tanto é que a gente vê uma dificuldade até mesmo em encontrar profissionais, professores, faltam professores na escola. Não é hoje tão atrativo ser professor, por quê? Nós profissionais da educação detemos os menores salários dentre todos com a mesma formação nossa, dentre todos os profissionais com formação de nível superior, pós-graduado, doutorado, com mestrado e doutorado os trabalhadores em educação detêm os menores salários. Falha na educação familiar em muitos casos, mas claro que não se pode generalizar. Existem famílias que realmente educam o seu filho e o seu filho vai para a escola para receber o complemento desta educação, mas a gente sabe que nós profissionais da educação recebemos muitos alunos na escola onde a escola é o único espaço onde ele tem certo limite. E, além disso, a escola, o professor, o zelador e a merendeira são as pessoas aonde muitos alunos encontram a confiança que às vezes, muitas das vezes, não encontram em casa. Projetos equivocados para maquiagem, a escola ou o professor é questionado quando dá uma nota baixa para o aluno, a gente sabe que têm projetos vindos da Seduc que a gente precisa... E aí eu acredito que é pela ansia de aumento do Ideb, muitas vezes nós somos pressionados na escola para que esse aluno obtenha êxito mesmo que ele não tenha conseguido esse êxito, esse êxito da aprendizagem. Também na

escola pública são impostas muitas vezes matrículas de alunos do sistema prisional e nós absorvemos esses alunos, porque a escola pública ela é pública para todos, mesmo que essa matrícula mais tarde venha ser um índice baixo no Ideb da escola. Nós temos muitas escolas e muitas já fecharam a EJA - (Educação de Jovens e Adultos), e a proposta da escola militarizada é acabar com essa modalidade de ensino, ou seja, aqueles alunos que precisam estudar no noturno por inúmeros motivos eles terão muitas vezes que se deslocar para escolas distantes, até muitas vezes porque trabalham, e aí o que vai acontecer, eu pergunto para vocês o que vai acontecer com esses alunos? Na maioria das vezes esses alunos vão desistir de estudar. Nós temos também uma outra problemática na escola pública que absorve todos os alunos sejam ele de cor, raça, credo, e a escola pública diferente da escola militar que tem no máximo 25 alunos por turma, na escola pública esse número ultrapassa 35, 40, 45 alunos. Eu sou professora de escola pública há 20 anos, eu já tive turmas que eu tive que lembrar o diário com 64 alunos matriculados, isso é verídico, isso é verdade, a gente sabe que na EJA a gente absorve números de alunos e ao final nós não conseguimos êxito, as turmas terminam com 20 alunos, porque há uma evasão, porque não há uma política pública para que esse aluno permaneça na escola, porque matricular 60 alunos numa turma que não vai caber esses 60 alunos e, o colega chaga, o aluno chega do trabalho cansado e chega à escola não tem nem onde sentar, e aí vai evadir mesmo. Como eu disse essa escola de Jaci, é o sonho dos profissionais da educação não só de Jaci, mas também de Porto Velho que como eu disse na escola aqui de Porto Velho Tiradentes-I, eu nunca tive a oportunidade de conhecer as instalações realmente. Então, gente, qual é o problema da militarização? Infelizmente essa escola modelo não é uma realidade das mais de 400 escolas do Estado de Rondônia. Muitas não têm esse espaço, algumas nem quadra têm para o aluno. Então a militarização é uma forma do Governo do Estado pegar o modelo de militarização de outros estados, como: Amazonas, Goiás, Santa Catarina, sobre o pretexto de corrigir problemas de violência em disciplina e, o fraco desempenho dos índices da educação como Ideb. Então, é uma maquiagem, 'violência', pretexto para militarizar as escolas, a violência nas escolas e no entorno, gente, nas comunidades se combate com projetos de política de segurança pública. E, eu gostaria de dizer que essa violência ela não é gerada na escola, ele é um problema social, e que vídeos vinculados por aí de adolescentes brigando, eu gostaria de dizer a todos que estão aqui que eu já fui adolescente, eu nunca briguei na escola, mas no meu tempo já havia briga de adolescentes, isso é normal, a diferença é que hoje a gente tem o celular para filmar e jogar na mídia e criar aí uma situação. Então, novamente eu volto a dizer, a escola não gera violência, as causas da violência não têm nada a ver, também, com gestão da escola, não é culpa dos profissionais que estão lotados naquela escola, mas também eu posso dizer que essa violência, às vezes, ela é causada sim pelo não cumprimento de muitas leis existentes, não é falta de leis, mas, até nós temos excesso dela, porém muitas delas não são cumpridas. Drogas, ora, droga na escola, essa droga não nasceu na escola, essa droga não foi planejada na escola, gente. Se a droga chegou até a escola, ela percorreu um caminho e por 'n' motivos a Polícia Militar não conseguiu interceptar. Motivos esses que eu gostaria de dizer que podem ser os mesmos motivos que nós, na escola, não estamos tendo tanto êxito: falta de política pública, a escola está abandonada! O poder público abandonou a escola pública! E o pai que hoje acredita que militarizar a Escola Capitão

Cláudio, a Escola Manaus, a Escola Oswaldo Piana, o Flora Calheiros, vai evitar que seu filho seja aliciado por um traficante; não vai porque nós vamos ter uma escolinha dos sonhos no meio de uma selva de droga, de violência. Nós vamos ter uma escolinha dos sonhos no meio de uma selva, onde o aluno, no percurso de casa para escola e da escola para casa, ele vai estar aliciado, ele vai correr o mesmo risco. Nós educadores temos a função de alfabetizar, ensinar valores, transmitir o conhecimento que será necessário para a formação do cidadão. Mas nós precisamos que o nosso aluno venha de casa com algum preparo, com alguma educação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pessoal, por favor, vamos terminar, vamos ouvir.

A SRA. JUDITE DOS SANTOS - Gente, vamos na linha das ideias. Índices escolares, não é a militarização que vai fazer melhorar os índices da escola. Competição na escola garante educação? Se a escola está com índice baixo é porque está faltando estrutura, estão faltando profissionais, como orientador educacional, psicólogo, assistente social. Mas gente, na escola pública falta o básico. Na escola pública falta professor. O que se pode esperar de uma escola que não tem as mínimas condições? Eu gostaria de dizer lá da Escola Manaus, que foi militarizada há pouco, um Decreto que saiu pela manhã, e 01 hora da tarde nós fomos à escola, a escola já estava, e me desculpem aí, tomada pela Polícia. A escola, há dois, quase 03 anos, atearam fogo em um pavilhão. Mas eu não vi a preocupação do Estado, da SEDUC em ir nessa escola. A escola foi roubada, saqueada várias vezes e não teve essa preocupação da SEDUC nem do governo, até hoje a escola está lá com o pavilhão queimado. Agora, militarizar e dar condições diferenciadas numa escola militarizada e dizer que está resolvendo o problema da educação é maquiagem. Se todas as escolas públicas tivessem o mesmo tratamento que as escolas militares ou militarizadas, com certeza, porque nosso papel enquanto educador, profissional em educação nós fazemos mesmo com as condições péssimas que nós temos. Eu vou dizer um exemplo que está na lei aqui, olha: o custo/aluno, a Lei 3.350, de 24 de abril de 2014, que é a Lei do PROAF – Programa de Apoio Financeiro às Escolas, no seu artigo 3º estabelece assim: ‘assistência financeira a ser concedida a cada unidade executora será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na unidade, de acordo com os dados extraídos do censo escolar analisado pela SEDUC no exercício anterior, calculados na ordem de R\$ 8,00 por mês, por aluno, podendo esse valor ser reajustado perante Decreto do Chefe do Executivo’. Pois bem, em seguida, vem a Lei nº 3.532, de 09 de abril de 2015, e acrescenta o § 2º à Lei 3.350, que diz: ‘a anuidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar do distrito de Jaci-Paraná receberá o valor de até R\$ 20,00 por mês, por aluno, podendo esse valor ser reajustado mediante Decreto’. Ora, aí nós vamos fazer um questionamento, nós não somos contra os R\$ 20,00 da escola militar não, nós somos a favor que todas as escolas tenham igualdade. E aí eu pergunto: qual a diferença que há entre alunos da escola militar ou militarizada e os alunos das escolas públicas? Alguém pode me responder qual a diferença que há, porque o custo aluno de uma escola é R\$ 8,00 e da outra escola é R\$ 20,00? Daí já parte a discriminação gente. Isso sem mencionar o que vocês já viram, toda uma estrutura que existe na escola pública, aí gente, olha...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pessoal, vamos manter, para adiantar o processo aqui vamos manter tranquilidade.

A SRA. JUDITE DOS SANTOS – Vamos observar aí algumas fotos tiradas e é claro que nós fomos buscar àquelas em mais péssimos estados das Escolas Públicas Estaduais.

Do Rio Pardo. Olha só, uma escola ainda de madeira, olhem as condições.

A Escola Planalto, do Alto Alegre dos Parecis. Olha só a quantidade de alunos nessa sala de aula gente.

Lá em Jacinópolis. Quem responde a essa escola é a CRE de Ariquemes.

Olha, qual o problema da SEDUC e o Governo do Estado olhar com olhos realmente de preocupação com a Educação Pública e melhorar as condições daquelas escolas de todas as escolas e não diferenciar com custo aluno, com estrutura, com melhorias, com promessa de fardamento para essas Escolas Militarizadas? Esses projetos que foram apresentados pela Escola de Jaci, são projetos que deveriam estar acontecendo em todas as escolas no Estado de Rondônia e no Brasil. É uma luta do SINTERO, que as salas de aulas elas tem que ser no máximo 25 alunos, que nós entendemos que com 25 alunos por turma, no máximo, o professor ele não vai se desgastar tanto, o professor vai conseguir trabalhar aluno por aluno às suas dificuldades. Mas, não é essa a realidade que nós temos. A nossa realidade na Escola Pública é isso aí, 35, 40, 45, 50 alunos na sala de aula.

Assegurar condições para fortalecer a Gestão Democrática da Educação por meio da participação direta da comunidade escolar na escolha de seus gestores é o que diz o Plano Estadual de Educação, a lei 3.665 de 3 de junho de 2015 que foi aprovado por esta Casa de Leis, onde lá garante ensino de qualidade e na meta 19 diz: que nós precisamos fortalecer a Gestão Democrática. Como? Se nós não estamos fazendo valer um plano que foi discutido pela comunidade escolar por todos os representantes da comunidade escolar, porque é que nós temos agora uma situação diferenciada, onde a Polícia Militar é nomeada por Decreto e ocupa uma escola sem conhecer a realidade dessa escola, aliás, conhece a realidade, àquela realidade pejorativa de que nós vamos para lá porque lá tem disciplina, porque lá tem droga e nós vamos lá para resolver esse problema sem muitas vezes pensar que lá tem muita criança necessitada, muito adolescente abandonado, violentado, porque nós professores e trabalhadores em educação se nós falarmos alto com o nosso aluno nós somos avaliados por isso, nós somos questionados por isso e aí é injusto atribuir os problemas das escolas aos profissionais da educação que estão nessas escolas fazendo muito, com muito pouco sem observar os baixos salários, a desvalorização e a falta de condições de trabalho. Nós, que estamos nessas escolas sabemos o quanto fazemos. Quantas vezes, tiramos às vezes do bolso até para dar uma bala ao aluno que nunca soube o que é que foi uma bala doce na boca. O que está acontecendo hoje com esse processo de militarização é uma violência aos valores democráticos. O Governo impõe uma situação com base apenas em informações superficiais sem fazer os devidos esclarecimentos à sociedade. É preciso chamar a comunidade escolar à sociedade para discutir os prós e os contra desse processo. A sociedade precisa ser ouvida de verdade, são princípios constitucionais da Escola Pública: ser gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e de permanência, pautada no pluralismo de ideias e concep-

ções pedagógicas. A Escola Militar é excludente. Sem falar, no uso político e abusivo de autoridade. Com os resultados positivos da militarização, não pela militarização como a gente já viu, mas por causa da uma situação privilegiada como foi dito há pouco da Escola Tiradentes de Jaci, de mais recursos, mais condições de trabalho, e em alguns casos as escolas foram transformadas em verdadeiros quartéis. Já há registro de casos em que a escola militarizada está sendo usada para promoção política, com lavagem cerebral das crianças e dos jovens, já estão usando a imposição para criar no imaginário das crianças, um salvador da nação. É isso mesmo, as crianças são obrigadas a referenciar certo político candidato, como um salvador da pátria, isso aconteceu numa escola militarizada no Amazonas, um dos modelos adotados por Rondônia. Vamos ouvir gente.

(Apresentação de vídeo)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok, vamos para conclusão Judite, por favor.

A SRA. JUDITE DOS SANTOS – Eu gostaria também de mostrar outro vídeo, um modelo hierárquico o qual o militarismo defende, tende a moldar o ser para respeitar os superiores e é claro, exercer um domínio sobre os inferiores.

(Apresentação de vídeo)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor. Preste atenção aqui no vídeo, por favor.

A SRA. JUDITE DOS SANTOS – Um aluno sendo agredido dentro da sala de aula por policiais militares. Combater a violência com violência é no mínimo um contrassenso. Nós defendemos a liberdade de expressão, nessas escolas as crianças e os jovens não sabem o que é liberdade, são o tempo todo submetidos a um regime disciplinar arbitrário, ao pior estilo: vigiar e punir. Não são ensinados a dar valor aos direitos, garantias e liberdades às quais deveriam ter acesso e aí eu digo, nós precisamos conhecer os nossos deveres, mas principalmente conhecer os nossos direitos, enquanto cidadão, enquanto aluno, enquanto professor. Aprendem nessas escolas que para serem bons cidadãos devem simplesmente obedecer a quem tem poder, mesmo que isso “estola” da sua individualidade de direitos, mesmo que isso perpetue ainda mais a desigualdade e discriminação. Muitas pessoas infelizmente aplaudem esse modelo, e aí a gente tem que respeitar as opiniões. A partir do momento em que nós temos conhecimento do que é a militarização e aí a gente continua mantendo o pensamento de que é bom a militarização, ótimo, vamos respeitar, mas precisamos esclarecer sim, os prós e os contras. É fácil jogar a culpa do fracasso nos profissionais da educação, que fazem muito com tão pouco. Não precisamos dos limites impostos por policiais armados. Escola militar é diferente, porque possui mais recursos e melhores condições de trabalho, tem mais atenção do Governo e a gente não está achado ruim, a gente quer que isso aconteça em todas as escolas do Estado. Essa mesma igualdade, essas mesmas condições de trabalho e a valorização desses profissionais. Qualquer escola pública que receber as mesmas condições vai funcionar melhor e apresentar melhores índices. Militarizar escolas é atestado de incompetência da SEDUC de gerir as unidades escolares e transferir essa incompetência aos profissionais da educação. Os problemas sociais se combatem com políticas públicas, e o

problema da violência se combate com política de segurança, os problemas da educação se combatem com mais investimentos na educação, valorização dos profissionais, melhores condições de trabalho e estrutura nas escolas, os limites precisam ser praticados pelos pais em casa para que a escola possa fazer o complemento dessa educação com valores e conteúdos, preparando para a vida. E vou deixar alguns questionamentos: será mesmo que nós pais e mães, porque eu também tenho filhos em escola pública, será que nós queremos nossos filhos sendo vigiados e inspecionados por policiais armados? Será mesmo que nós acreditamos na educação hierárquica? Sem despertar no aluno o censo crítico sobre a sua realidade e do espaço onde vive? Será mesmo que a escola é o espaço de produção de meros reprodutores das práticas militares? Será que é de homens armados que a escola precisa? Lutamos incessantemente para que a escola pública seja de qualidade de igual direito, de recursos e profissionais qualificados e valorizados, que os recursos da educação sejam investidos na educação pública; que as turmas sejam no máximo de 25 alunos, que o Estado garanta a escola com ensino noturno tanto no regular como na EJA para aqueles alunos que assim necessitam.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir professora Judite.

A SRA. JUDITE DOS SANTOS – Assim, eu gostaria de finalizar dizendo como eu mostrei aqui: que é diferente a Escola Militar criada nesses padrões da Escola Militarizada onde você chega desapropria quem está lá dentro para fazer uma escola militarizada. Os nossos alunos precisam sim de ter atividade no contraturno esporte, cursos, é o que tem aqui, mais tempo o aluno precisa na escola para desenvolver as suas habilidades. Construção de escolas sim, e aí nessas construídas podem ser tiradas algumas para serem militares, escolas militares e não militarizadas, que é diferente escola militar de escola militarizada. Sem falar que o assédio moral contra os trabalhadores nessas escolas são três vezes mais do que nas escolas públicas comuns. Obrigado gente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado professora. Nós temos aqui também um tempo limite para a conclusão da Audiência e nós não limitamos nenhuma e nem outra apresentação, o direito do contraditório ou do favoratório aí e da Mesa que tem a representação, nós temos aqui a representação do Governo, a representação da Polícia Militar, a representação dos Professores, então, esse será feito na fala da Mesa a posteriori a gente ouvir, posteriormente a gente ouvir as inscrições que estão aqui. As inscrições, nós limitamos há três minutos, para cada intervenção, três minutos, a partir daí a gente corta a fala, portanto, não é limitar o direito é porque as representações já falaram aqui tudo que precisavam dizer e ainda terá a Mesa com as suas representações também para expor. Então, a gente pede a compreensão porque aqui todo mundo com certeza gostaria de falar, mas aí nós teríamos que deixar o tempo da Audiência para terminar amanhã à tarde, e nós não teríamos condições para isso. Também falaram claro, os Deputados Estaduais, viu Deputado Anderson, tranquilamente, nós vamos...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Só uma questão de ordem Deputado Lazineho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Gostaria que Vossa Excelência cedesse para a SEDUC ou algum representante já desse Projeto da gestão compartilhada com a Polícia Militar, esclarecendo a respeito do que foi levantado do investimento de vinte reais por aluno.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vai passar.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – E também em relação à questão de policiais presença armada dentro das escolas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Olha a SEDUC, está na Mesa, vai ter a palavra, vai ter o tempo dela, o Comandante da PM também está aqui, vai ter todos os tempos necessários que for para poder se expressar, claro que com limitações certo.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – A título de ajudar a colaborar com o andamento da Sessão, serão escutadas agora as pessoas, está aberta a palavra para quem quiser se escrever é isso?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Já estamos com as inscrições aqui, são 09 inscrições, não vamos abrir para mais porque se não a gente não termina, de 03 minutos por cada inscrição.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Ok. A preocupação que nós temos é que possa, como nós temos aqui uma audiência pública em que o teor dessa audiência é discutir a militarização eu sugiro que as pessoas possam fazer uso da palavra, inclusive após as pessoas o SINTERO e deixar por último a SEDUC para que ela possa responder a todos os apontamentos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A sequência de fala...

O SR. JEAN OLIVEIRA - sabe porquê...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Veja bem, deputado só para instruir, a Mesa, o Deputado Jesuíno quer fazer a pergunta para...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Justamente é por isso...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – É essa a dinâmica...

O SR. JEAN OLIVEIRA – É porque no final, tem que ter a resposta dos questionamentos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pode ficar tranquilo. Na realidade quem vai falar por último sou eu que sou Presidente da Comissão. Mas o senhor as vezes quer fazer pergunta para a SEDUC, fazer pergunta para o SINTERO e aí o SINTERO e a SEDUC serão os últimos da Mesa junto com o

comando a se pronunciar justamente para poder perguntar e eles terem respostas.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Tudo bem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – É bom essa dinâmica que V.Exª está propondo mesmo. Chamando o primeiro inscrito aqui, e as inscrições não estão definindo se é contra, se é a favor, são inscrições aleatórias feitas antes, as inscrições foram feitas aleatoriamente e eu não conheço, portanto por isso os responsáveis pela pasta terão o direito no final de poder se pronunciar, está bom? Dr. Valter Gustavo Lemos, Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB representando aqui, Dr. Valter Gustavo Lemos. O próximo é senhor Bruno Eduardo, já pode ficar por aqui.

O SR. VALTER GUSTAVO LEMOS – Boa tarde a todos. Queria começar claro agradecendo a voz da OAB nesta audiência agradecendo então ao Presidente da Mesa. E começar dizendo o seguinte, estamos aqui diante de uma discussão sobre a necessidade de disciplinalização das escolas e o modelo apresentado é o modelo da disciplina castrense. Vamos lá, a disciplina castrense é estabelecida na história no Século II, antes de Cristo, pelo exército romano, descrevendo a necessidade de que o exército estivesse devidamente preparado, descansado para a guerra e que então se estabelecesse uma disciplina rigorosa para esses soldados, portanto a origem se estabelece a partir do exercício do direito de guerra, e é esse modelo que querem estabelecer como um modelo de disciplina para a discência do modelo de educação de Rondônia. Muito bem, a Constituição brasileira descreve que nós somos uma sociedade pluralista, não discriminatória e fraterna, como podemos estabelecer o cumprimento de uma sociedade fraterna, pluralista e sem discriminação quando em nossas escolas vamos estabelecer um regime de disciplina que presa pelo uniculturalismo. Podemos ver aqui nos vídeos que a disciplina empregada é uma disciplina que não traz consigo uma disciplina que é a expressão das culturalidades de cada um dos sujeitos que estão presentes dentro dessa escola. Notem, somos uma sociedade plural e querem discipliná-la na forma unicultural, portanto, é necessário que estabeleçamos a expressão dessa pluriculturalidade e multiculturalidade na expressão da nossa educação, e é isso que fala a Constituição quando descreve lá sobre a questão de educação abordando quais são os preceitos e princípios de regência da educação, há necessidade dela ser a todo momento plural, dela ser o local de pluralidade de discussões de ideias, de debates de ideias, é isso que nós não estamos permitindo aqui quando estabelecemos uma disciplina que não tem o objetivo de gerar a discussão, de gerar o debate, de gerar aquilo que nos é mais caro que é a produção do conhecimento. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Dr. Valter. Senhor Bruno Eduardo, neto do Capitão Cláudio. Eu estou conhecendo o Bruno agora e não conheço o Capitão Cláudio também, agora estou conhecendo o Bruno, prazer Bruno.

O SR. BRUNO EDUARDO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o proponente desta Audiência Pública Deputado Lazinho, antes de começar a minha fala só quero dizer que me senti bem recepcionado aqui hoje porque na última Audiência Pública que teve na Escola Capitão Cláudio todos nós que estamos

aqui hoje fomos recepcionados por policiais militares na Escola Capitão Cláudio, mais de oito viaturas na Escola Capitão Cláudio. Hoje aqui a recepção foi totalmente diferente, então fico muito feliz por isso. Quero cumprimentar o meu professor o Valter, tive a oportunidade de ser aluno dele na FARO. Parabéns pelo discurso; cumprimentar os demais deputados em nome do meu amigo Deputado Jean Oliveira e do Deputado Hermínio Coelho. E já dizer que eu sou contra a militarização. Lembrando que como o senhor citou o Capitão Cláudio foi é meu avô, minha mãe foi a primeira diretora desta Escola Capitão Cláudio Manoel da Costa. Meu avô veio de Recife para o 5º BEC e ajudou no desenvolvimento do Estado de Rondônia na época do antigo Ex-Território. E eu questionei o deputado proponente da militarização, Deputado Jesuíno Boabaid, eu queria que ele estivesse aqui presente se fosse o caso em 2020 vamos supor que eu fosse candidato a Prefeito da Capital, ganhasse e viesse mudar o nome de ruas, o nome de escolas municipais, o nome de avenidas. A gente precisa respeitar as pessoas que fizeram história no nosso Estado. Aconteceu um fato também lá que eu estou até hoje me questionando, me perguntando que a SEDUC faz um discurso a favor da militarização. Mas eu quero dizer o seguinte... o SINTERO está aqui presente na pessoa do Manoelzinho. As escolas estaduais elas são ligadas a SEDUC, então se está acontecendo algo de errado dentro da Escola por que a SEDUC não vai in loco, com o diretor da escola que inclusive é o João Jorge, meu grande amigo também, diretor antigo da escola, pergunta realmente o que vem acontecendo dentro da escola? Por que as atividades não estão sendo desenvolvidas da forma que tem que ser desenvolvidas? Outra coisa que tem que ser respeitada, foi colocada aqui pelo professor e pela pessoa que faz parte do corpo docente lá do Capitão Cláudio. Os princípios constitucionais não estão sendo respeitados quando se fala em militarização. A gente tem que ter uma escola gratuita. Pesquisas falam que as escolas que são militarizadas não são acessadas por pessoas de baixa renda. Se quer militarizar vamos criar vamos ofertar uma escola militarizada. Eu disse ao Deputado Jesuíno Boabaid, eu dei a seguinte ideia para ele: Deputado o senhor tem emendas, vamos ver uma hora aí ali em volta da escola, vamos criar uma escola militarizada, e o que já existe. Só para concluir, deputado, só mais um pouquinho, por favor.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir.

O SR. BRUNO EDUARDO – E eu falei para o deputado o seguinte, vamos pegar a sua emenda e vamos construir uma escola. Porque ele disse o seguinte, que todos são sabedores que os alunos que forem estudar nas escolas militarizadas vão ter que pagar os uniformes. E o deputado disse o seguinte, que ele vai dar emendas para custear esses uniformes. Aí vem a pergunta só para concluir, e se o Deputado Jesuíno Boabaid não for eleito em 2018? Quem é que vai custear essas camisetas?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado. Nós pedimos. Eu quero pedir para que a gente se acalme.

A senhora Luciana Basílio. Está aqui a professora Luciana Basílio? O senhor Tito Paz, Presidente da Federação dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, Tito. Está aqui na frente? Isso vai ficando na frente. Agora a senhora Luciana, professora Luciana; depois a senhora Betânia. Três minutos Luciana.

A SRA. LUCIANA BASÍLIO – Boa tarde a todos. Primeiro dizer que como professora eu sou cabocla da Amazônia, beiradeira de Porto Velho e tinha que viver 43 anos da minha vida e 25 de magistério para presenciar uma Audiência Pública. E dizer, e aí companheiro Deputado Lazinho, que é nosso companheiro, eu gostaria muito de ver uma Audiência Pública aqui nesta Casa para discutir a estrutura das nossas escolas. Porque é isso que precisa ser discutido no município de Porto Velho e no Estado de Rondônia. Sabe porque nobres deputados? Porque nossas crianças do Baixo Madeira elas ficam repetindo o 5º ano porque não tem escola com Ensino Fundamental II. Porque não tem escola de Ensino Médio, as escolas que tem são insuficientes. Querer que uma criança saia do Lago do Cuniã e vá para Calama para fazer o Ensino Médio noturno é um absurdo. E eu gostaria muito de ver aqui se discutir uma Audiência Pública para falar destas questões da educação, porque são essas questões da educação que precisam ser discutidas. A questão da estrutura que professores que ficam fazendo rifa dentro da escola para poder proporcionar alguma festa, algum movimento para as crianças dentro da escola do ensino de Porto Velho. Era isso que eu gostaria de ver discutindo numa Audiência Pública, e não discutir numa Audiência Pública algum projeto que não se diz o que é. Porque esse projeto, a gente não consegue perceber e não consegue vislumbrar qual é a proposta pedagógica que a gente tem para resolver, as questões críticas que nós temos na educação. E discutir isso com quem? Discutir isso com quem entende desse processo. E quem é que entende? São os profissionais da Educação, são as profissionais da educação, são os nossos estudantes. Porque nós não queremos alunos não, nós queremos estudantes dentro das nossas escolas, e isso foi o que nós lutamos durante todos esses anos. É isso que nós queremos ver discutido numa Audiência Pública. Porque é muito simples a gente dizer que vai resolver os problemas da educação trazendo altas estruturas. Ora, se as nossas escolas tivessem a estrutura que foi mostrada aqui, certamente nossa educação seria outra. Porque o que puxa o nosso IDH, o nosso Índice de Desenvolvimento Humano do Estado todinho é a nossa educação de má qualidade e nós não vamos resolver isso precarizando mais ainda duas áreas, que é Segurança Pública e Educação. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Professora. Senhor Tito, com a palavra por 03 minutos, depois a senhora Betânia, depois o senhor Germano.

O SR. TITO PAZ – Cumprimento a Mesa e todos os presentes. O relato apresentado pela Diretora da escola de Jaci-Paraná, eu convido as pessoas que apoiam a militarização, ora em debate, para visitar o IFRO ali na Calama, o IFRO em Colorado, visitar a FARO, a São Lucas, visitar o Colégio Dom Bosco, visitar a Escola Maria Auxiliadora, visitar o Classe A, várias escolas municipais aqui no interior do Estado, estaduais também, e vocês vão ver, já estão melhor, vocês vão ver resultado melhor e não tem nenhum policial militar nessas escolas. A questão é a seguinte, senhores e senhoras, a Polícia Militar tem um problema existencial, desde que nasceu, desde a sua origem. Em 1988 nenhum Constituinte propôs que a Polícia Militar fosse a Polícia hoje cuidando da prevenção de crimes, nenhum. A Polícia Militar teve que se vestir, ir de casa em casa, pegou 01 milhão de assinaturas e as pessoas assinaram porque as pessoas são boas, elas assinam quando lhe pedem, e foi aí que na Constituinte ela entrou como Polícia preventiva. Caso contrário ela ia ficar na caserna, como era na ditadura militar. Então, de

maneira que, desde lá para cá, até hoje, a Polícia Militar vem lutando para se estabelecer na sociedade. Aí ela entra no governo aqui, com seus assessores militares, ela entra aqui na Assembleia Legislativa com 60 militares que tem hoje aqui à disposição, ela entra na direção da folha de pagamento do Estado, ela entra na Casa Civil, ela entra nas prefeituras. A Polícia Militar dá seu jeito de sobreviver porque a sua função constitucional prevista no artigo 144, que é fazer a Polícia preventiva, ela não dá conta. Vou resumir o que eu acabo de falar e vou trazer a imagem do que é a Polícia Militar na prevenção dos crimes e solução dos problemas: 470 escolas estaduais aqui no Estado, fora as municipais, no entanto a Polícia Militar vai resolver problema de uma só. É só essa a capacidade da Polícia Militar de resolver, só de uma, a de Manaus, digamos assim, só de uma. Então esse é o exemplo, por excelência, a criminalidade na sociedade brasileira, a Polícia Militar não dá conta, e o exemplo é esse, ela dá conta de resolver um pouquinho, um nicho, e ela quer resolver de uma ou cinco escolas. Essa é a sua capacidade total. Totalmente contrário a esse projeto, me solidarizo aqui com o Sintero, na pessoa do Presidente Manuel Rodrigues e com todas as pessoas contrárias a esse posicionamento. Avante!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Senhora Betânia Avelar, depois o senhor Germano e o Professor Josenir Dettoni.

A SRA. BETÂNIA AVELAR – Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Lazinho da Fetagro e a plenária em nome da Professora Alemar Fonseca Guerreira. Nós não somos contra a Polícia Militar enquanto categoria de trabalhadores, mas somos contra a militarização das escolas, porque não é papel da Polícia Militar a educação. A Tenente Érika apresentou índices e eu gostaria de apresentar índices da Escola Manaus, como bolsista do Programa de Iniciação da Docência da UNIR, como membro da Mais Educação e como voluntária daquela escola. Aquilo foi um golpe, a militarização da Escola Manaus. A Escola Manaus tinha o pior IDEB do Estado e melhorou muito. Sabe o Ferocit, que a escola militar teve prêmio, a Escola Manaus também teve 1º lugar na Ferocit, na primeira Ferocit; o 3º lugar na 2ª Ferocit. A gente também tinha horta, só que a gente não tinha os recursos que vocês têm. Os nossos alunos também foram premiados. O Wiliam, igual o Mateus, que estuda hoje no IFRO. Ele foi também apresentar trabalho no Nordeste, em Olinda. E a Escola Manaus fez tudo isso sem o recurso que foi colocado. Agora, a gente quer saber: e o Projeto Político Pedagógico da escola militar? A gente quer sim uma escola gratuita porque a gente tem que resgatar a gestão participativa, onde a escola participa. Nós somos contra a reforma do ensino médio, nós somos contra a mediação tecnológica e temos que rediscutir esse modelo de educação que a gente está passando agora. Esse processo de militarização das escolas é um desserviço para a sociedade e, além disso, desvaloriza o profissional de educação, que são esses que devem sim gerir as escolas de forma participativa, junto com a comunidade. Eu quero registrar aqui: a militarização da Escola Manaus foi golpe, porque a comunidade nunca quis essa militarização. No dia da reunião nós estávamos lá e não teve o debate. Depois veio a notícia de que a escola seria militarizada. Eu queria uma salva de palmas para a professora

Alemar que foi premiada dia 04 pelo MEC, pelo Projeto de Conhecimentos. Obrigada, Professora Alemar.

(Às 17 horas e 08 minutos o senhor Lazinho da Fetagro passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado. Chamar agora o Germano Soares.

O SR. GERMANO SOARES – Boa tarde a todos. Ao cumprimentar o Deputado Lazinho da Fetagro, eu cumprimento todos os membros da Mesa; ao cumprimentar a nossa colega, amiga e lutadora Dioneida, eu quero cumprimentar todos os presentes. Eu sou Germano Soares, eu sou Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários e gostaria só de discordar um pouquinho da colega Judite, se ela me permite, que quando ela diz que a luta é do SINTERO, não é só do SINTERO, a luta é de todos aqueles que se preocupam com a sociedade melhor, por isso nós estamos aqui. A questão que está sendo discutida, e a pessoa que me precedeu, não lembro o nome dela, é muito maior do que falar sobre se vai militarizar ou vai deixar como está. A gente precisa ter uma visão do que está acontecendo no governo hoje. Se a gente pegar, por exemplo, o governo federal, ele fez uma PEC, chamada PEC dos Gastos, ele disse, em 2016, que não seria reduzido o dinheiro da Segurança, da Saúde e da Educação. A Segurança reduziu em 27%, a Saúde reduziu em 19% e a Educação reduziu em quase 9%. Então nós temos que ver o que é que o aluno precisa da escola. Ele precisa muito da escola, mas por que ele não tem? Porque está faltando recursos. O Governo do Estado de Rondônia é o responsável pela educação, através da Secretaria Estadual da Educação e o governo já mandou para esta Casa um projeto de limitação de gastos do mesmo tipo que o governo federal mandou. Aí eu pergunto para vocês, se foi reduzido o dinheiro para a Saúde, se foi reduzido o dinheiro para a Educação, se foi reduzido o dinheiro para a Segurança, como vão ficar as escolas públicas, que já estão sucateadas, como nós vimos nas imagens? É esse tipo de questionamento, é esse tipo de debate que nós temos que fazer aqui, porque recursos tem. Agora, à medida que o governo coloca obstáculos para utilizar esses recursos, aí realmente a educação é sempre colocada em último plano. Não há condições de ter uma educação de qualidade enquanto os gestores entendem que o professor é um abnegado, é alguém que está ali porque tem amor imenso ao que faz, e como alguns dizem, alguns políticos dizem, quer ganhar dinheiro, procura outra profissão. Nós não podemos encarar o professor dessa forma. Eu quero deixar essa mensagem, dizer que alguns dos Deputados que estão aqui favoráveis eu tenho um apreço muito grande a eles, mas eu quero concordar com a professora Judite, quando ela disse “se eu quiser colocar um filho meu na escola militar, eu tenho que ter esse direito de colocar”. Eu já fui da Academia da Força Aérea, eu tenho um respeito muito grande pelo militarismo, de uma forma geral, eu sei o que é isso, mas, só para encerrar, eu gostaria de ter o direito de colocar o meu filho se assim for minha vontade. Um abraço a todos.

(Às 17 horas e 11 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a presidência ao senhor Lazinho da Fetagro)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Professor Josenir Dettoni, representando a Pastoral da Educação, da Arquidiocese de Porto Velho.

O SR. JOSENIR DETTONI – Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar e saudar o Deputado Lazinho pela iniciativa, saudar a todos os Deputados em nome do Deputado Anderson do Singeperon; saudar também os militares presentes em nome do Comandante e da PM Érica, mas, sobretudo, saudar a Professora Odete, a Professora Alemar, e o Acadêmico de Pedagogia José de Holanda, representando a todos os presentes. Eu venho respeitosamente apresentar aqui a posição da Pastoral da Educação da Arquidiocese de Porto Velho sobre o tema. Então, lerei rapidamente a nota, temos pouco tempo e farei um rápido comentário.

Nota sobre a Militarização das Escolas Públicas: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

A Pastoral da Educação da Arquidiocese de Porto Velho considera de suma importância a Audiência Pública promovida pela Legislativa para tratar da Militarização das Escolas Estaduais de Rondônia e no desejo de contribuir para uma melhor compreensão do assunto manifesta o seu posicionamento.

Em consonância com a Constituição Federal entendemos que a educação é um dos principais meios para a construção de uma sociedade justa, nesse sentido, destacamos alguns objetos, objetivos fundamentais: o compromisso de garantir a inclusão e a equidade para derrotar as várias formas de marginalização e exclusão social; garantir a qualidade da educação e que inclua adoção de medidas para proporcionar segurança no ambiente escolar e no seu entorno, bem como adoção dos meios mais eficazes para assegurar a melhora da aprendizagem e finalmente promover formas de aprendizagem que possam ser reinventadas ao longo de toda a vida assegurando-se assim a autonomia e a criatividade dos educandos.

Sustentamos que para atingir estas finalidades a escola pública deve:

I – Acolher a pluralidade conforme previsto no sistema educacional brasileiro, não podendo o modelo como da Militarização ser adotado ostensivamente;

II – Em sintonia com o ideal da democracia mudanças no sistema educacional ou no modelo de determinada escola devem ser discutidas com a população, sobretudo, com a comunidade atingida;

III – A escola deve ser pensada e gerida não por militares, mas por educadores, com a participação da sociedade.

Reiteramos o nosso compromisso com uma educação ancorada nos valores da justiça social, da verdade e da liberdade e o nosso propósito de continuar empenhados em nossos humildes esforços em vista de um sistema educacional de qualidade para todos.

Como não tenho mais tempo apenas uma palavra, apenas uma palavra: respeito com a educação não é militarizar para depois escutar; respeito com a educação é escutar a comunidade primeiro e depois se assim for o caso, Militarizar. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado.

Por último Capitão Rocha, Diretor do Colégio Tiradentes.

O SR. CAPITÃO ROCHA – Exmº. Sr. Presidente a qual cumprimento toda a Mesa; demais presentes, companheiros convidados e toda a plateia que se encontra no auditório. É uma satisfação poder estar falando aqui Deputado com relação à Militarização e trazer alguns exemplos, em apenas 20 dias o Colégio Manaus, hoje, Colégio Tiradentes VII ele já reflete uma diferença com relação à questão de ética, os alunos em nenhum momento, nenhum tipo de aluno...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor...

O SR. CAPITÃO ROCHA – Isso em qualquer colégio eles são desordeiros por natureza, são seus entornos ou são as pessoas que influenciam o seu meio que modificam sua forma de atuar dentro de um colégio. Eu vivo dizendo quando eu coloco a explanação do que é um Colégio Militar com relação à educação que nós temos em casa. Ninguém entra no quarto do seu pai sem pedir licença. Ninguém joga um papel de bala no chão dentro de sua casa, ou simplesmente aponta um lápis no chão, porque é educação. Isso acontece em várias escolas por causa do meio que ele acha que é errado, que ele acha que falta educação, que ele acha que agir com educação é feio, e isso a gente tem resgatado. Quando nós falamos de princípios éticos e morais nós falamos de resgatar valores que nós já estudávamos, nós presenciávamos isso com educação moral e cívica e isso não significa você colocar para um cidadão a questão de que ele está sendo bitolado ou está sendo transformado num robô. A companheira que trouxe um vídeo que eu achei um absurdo quando ela apresenta um ato isolado de um policial em Maceió, na minha cidade, de onde eu vim de origem, batendo num aluno na sala de aula, ninguém aceita situação como esta, ali não é um colégio militar, ali é um ato isolado errado de uma pessoa que deve ser sim, penalizada pelos seus atos individualmente, não trazer isso como um modelo de colégio ou como agressão policial, é um fato totalmente errado, numa discussão em que nós estamos falando aqui sobre educação. Quando nós falamos em questão de gestão, nós estamos explicando uma questão de gestão participativa, ninguém aqui está tirando, ou desmerecendo qualquer outra Secretaria ou qualquer outro Poder...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um momento Comandante, só um momento. Eu quero, eu quero, eu quero pedir para que a gente possa ouvir todas as intervenções, por favor. Continue.

O SR. CAPITÃO ROCHA – Nós tivemos, quando falaram de política pública, eu concordo, eu acabei agora o mestrado de administração pública e falamos de política pública. Isso que o governo propôs é uma política pública, que passou por esta Casa de Lei, que foi aceita através do que a sociedade acredita que é representação dela, que são os senhores Deputados aqui presente. Então, isso significa uma política pública, no qual a gestão participativa entre a SEDUC e SESDEC encontraram um meio de se trabalhar uma nova forma de ensino, um modelo, isso é um modelo, uma proposta de modelo para que possa ser resgatado valores. Quando nós falamos de violência nas escolas, quando nós falamos de professores, nós não falamos daquilo que está interno, nós não falamos que os professores não ensinam, nós não falamos que os professores são ruins, nem que os alunos são ruins; nós sabemos que há influência do meio, há influência do entorno. O Colégio Manaus, por exemplo, todos os dias se tirava as lâmpadas daquele colégio, porque eram roubadas. A merenda escolar era roubada e comprada pela comunidade vizinha ao colégio. Mas, isso era situação que o poder público enquanto gestor tomou como medida cautelosa para o não respeito. Eu agradeço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu quero pedir para que tenhamos paciência porque a intenção nossa é posteriormente fazer que o Governo possa a entender. Vamos lá, podemos continuar aqui? Ok. Passo a palavra agora para o Nereu Klosinski para fazer uso da palavra pelo tempo de cinco

minutos, já fazendo os questionamentos, porque as últimas falas da Mesa serão do Governo, da PM e do SINTERO e da Universidade. Então, serão os quatros, as quatro últimas falas antes do encerramento. Cinco minutos Nereu.

O SR. NEREU KLOSINSKI – Boa tarde a todos e a todas. Tentar ser rápido, saudar o Lazinho, Deputado Estadual, na pessoa dele todos os componentes da Mesa e uma saudação aqui em nome da companheira Judite, todos os que estão participando aqui desta Audiência. Por que a CUT é contra a militarização? Eu acho que aqui já deu, vou fazer algumas anotações, fazer algumas observações, faladas até por quem defendeu a militarização. Começando pelo Capitão, Diretor da Escola Manaus, quando ele diz assim de que agora resolveu e não tem mais problema nenhum, ninguém mais rouba lâmpada na frente da escola. Por quê? Porque agora a polícia militar faz o papel dela, que é a polícia ostensiva, antes não fazia; muito simples. Em relação à diretora que falou aqui: somos diferenciados, o slogan, não sei qual parte ali: somos diferenciados. Qual a diferença será que nós temos? Ouvi aqui na fala de que as escolas públicas, pelo menos eu sei, eu sou professor também, nas escolas públicas tem no seu corpo de gestão, orientação, a função ali, a supervisão trabalha com os professores e a orientação, ela tem como função trabalhar com o aluno. O que é que tem na escola militar? Corpo de militares lá para que, não tem orientação, é para chamar o aluno lá e ‘ó ou faz ou faz’. Então, quer dizer, é essa questão diferenciada pessoal, porque a gente é contra? Se você chamar a população, por ela estar apreensiva diante de tanta violência que nós temos no País, eu não tenho dúvida que quando você chama o pessoal quer uma escola diferenciada, porque a propaganda é feita que a escola é boa, que a escola é isso, que a escola é aquilo; só que vai dar só para aquela. No momento em que a comunidade ficar sabendo que só um grupo vai ter esta vantagem, jamais vai concordar; se eu sei que o meu filho vai ter uma escola melhor, eu posso ir até lá e dizer: olha, eu quero uma escola militar. Mas, no momento que eu sei que o meu filho pode ter, mas o outro não será que eu vou fazer isso? Qual a outra função da escola pública? Atender a todos os filhos da sociedade como um todo. O que a Escola Tiradentes faz? Um teste seletivo dito pela diretora da Escola de Jaci, quer dizer, eu posso morar na frente da escola, mas se eu não passar no teste, se eu sou aluno, eu vou ter que ir para outra escola, como que é isso? Então, quer dizer, são essas questões que a gente quer fazer uma chamada justamente para que? Para discutir, como é que a gente pode fazer. Pegar um exemplo aqui, a Escola Tiradentes aqui de Porto Velho, não tem a Escola Tiradentes, não tem o melhor IDEB aqui, muito simples, quer dizer se ela fosse aquela maravilha, seria a melhor. Então, se você der condições para os profissionais da educação, se você tem um alunado que se interessa, com certeza vai ter, então, quer dizer que dentro da própria comunidade sem escolher ninguém, sem fazer a seletividade, nós temos escolas melhores do que a Escola Tiradentes, aqui em Porto Velho, pego o exemplo. Então, essas avaliações que a gente quer fazer, que a seletividade ela discrimina e ela não é a melhor alternativa. Outra situação, por que a Polícia Militar, nessa situação, ela não quer EJA, Educação de Jovens Adultos não, porque lá é filho de trabalhador ou é trabalhador que está lá o dia inteiro ralado e ele vai de noite lá, então, esse não vai dar um IDEB bom, eu não quero, esse eu não quero. Lá na escola vai ter um adolescente ou maior que está cumprindo medida sócia educativa ou alguma coisa assim, não tenho. Então, essas diferenciações que a gente percebe que não existe na escola.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir.

O SR. NEREU KLOSINSKI - Então, para concluir, eu acho que fica bastante claro aqui para todos nós que nós queremos uma escola pública onde o governo invista em toda ela, agora não sei porque em Rondônia, só para fechar aqui. O Marconi Perillo, Governador de Goiás, quando criou as escolas militares, ele disse que era um remedinho para o sindicato, porque lá naquela escola não ia ter greve, só que aqui é esse o objetivo? Porque projeto diferente não tem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Nereu. Agora para ouvir e depois passar para os Deputados o Padre Valdeci.

O SR. PADRE VALDECI LUIZ CORDEIRO – Cumprimento o Deputado Lazinho, e na pessoa dele todos os integrantes da Mesa, gostaria de cumprimentar de modo especial os educadores presentes a esta iniciativa tão importante da Casa do Povo que é a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar realmente os educadores pela vocação de cada um, por toda uma vida dedicada à educação e por enfrentarem com coragem os desafios inerentes a esta missão. Quero cumprimentar de modo muito especial a Polícia Militar aqui representada por tantos de seus membros, pelos excelentes trabalhos também prestados a sociedade, nós sabemos que há limites mais a gente sabe que há toda uma instituição que dedica no contexto da estrutura do estado brasileiro para cumprir a sua missão. E gostaria de cumprimentar os estudantes, eu penso que há uma distinção muito grande entre ser estudante e ser aluno, por quê? Porque a palavra estudante vem do latim “studium” que significa “desejo”. Então, o estudante é aquele que encontrou o objeto do seu estudo e tem um desejo profundo de conhecer, e já o aluno, o aluno vem da palavra, vem do latim e significa “Sem Luz”, no contexto da filosofia da educação ou simplesmente da teoria do conhecimento da antiguidade, o conhecimento se assemelha a visão, a luz, então, o aluno é aquele que não tem conhecimento. Então, a gente queria destacar esse aspecto muito importante, os nossos estudantes não são alunos, eles são estudantes por quê? Nós devemos potencializar o seu desejo profundo de aprender. E gostaria assim para ser breve de fazer uma distinção entre o sentido mais operacional do ser militar e o sentido vocacional. Porque nós queremos que a educação seja pensada e conduzida por educadores e não por militares porque ser educador é uma vocação, ser militar é uma vocação e nós não podemos adotar como modelo educacional a militarização das escolas em respeito à pluralidade de vocações presentes no seio de uma sociedade democrática, e aqui eu gostaria de reiterar a minha grande admiração pelas instituições militares. Inclusive, a minha família, eu sou filho de uma mulher que é da família do velho General Osório, patrono da Cavalaria do Exército, nós temos um grande orgulho, agora a vocação do militar deve ser respeitada e a sociedade deve aproveitá-la para sua finalidade própria, assim como a vocação do educador deve ser respeitada e a educação deve ser pensada no contexto de uma sociedade democrática que respeita a pluralidade como de resto o faz o sistema educacional brasileiro que respeita a pluralidade. Então imagine nós pegarmos as escolas criadas pela democracia brasileira, pelo Estado Democrático brasileiro e militarizar, então nós vamos violar a questão da vocação mais profunda da sociedade que é ser plural. Penso que é um direito da sociedade criar escolas militares, mas aí cada um se matricula nela,

matricula seus filhos conforme o seu desejo, mas militarizar as escolas eu penso que seja um equívoco. Para concluir, educação é muito diferente de treinamento de disciplina, educação é um processo, a própria palavra diz, vem do latim *educere* que é tirar de dentro, significa conduzir um processo de educação da pessoa para formação do projeto de vida, no contexto da nossa sociedade para uma sociedade democrática, plural que respeita a identidade de cada um. Então, muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Padre. Vou chamar o Deputado Anderson para fazer uso da palavra pelo tempo de 05 minutos, sem direito a apertes.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui o proponente desta audiência Deputado Lazinho, parabenizar pela propositura, e em nome do Deputado Lazinho cumprimentar a todos meus amigos sindicalistas, o Manoelzinho que está aqui, Germano, todos os presentes, os alunos, a imprensa, os deputados. Dizer que este debate, eu concordo com algumas falas colocadas aqui, deveria ter sido feito antes de ser aprovado, antes de ser aprovado e colocar as limpas para a sociedade e esclarecer cada ponto deste projeto, inclusive nas dúvidas que surgiram aqui com a apresentação das duas partes, tanto da Tenente a qual respeito o trabalho que ela tem feito, ela está de parabéns por esse trabalho, quanto também pela senhora Judite, do SINTERO, que fez uma apresentação com alguns pontos que eu não concordo, um exemplo que o próprio Oficial falou daquela escola onde o militar entrou ali dentro e agiu daquela forma que ali não é uma escola militar, e ele tem que responder pelo ato dele, mas com outros pontos que surgiu dúvida em relação a investimento. Porque eu abri um debate na Comissão de Educação a qual eu presido nesta Casa, a semana passada o Deputado Lazinho, participou, e a Tenente fez também uma apresentação e lá foi questionado até pelo próprio Deputado Lazinho em relação a investimento, e foi respondido que o investimento é o mesmo e hoje foi colocado aqui que a escola convencional recebe R\$ 8,00 reais por aluno e a escola militarizada R\$ 20,00 reais, então eu não sei se o fato é verdade, daqui um pouco a SEDUC vai dizer, porque na Comissão de Educação que eu presido a resposta foi que o investimento é o mesmo, então ficou detectado que seria uma questão de gestão. Mas se for verdade que são R\$ 20,00 reais, aí muda o contexto do debate, porque com mais recursos tem como fazer uma boa gestão, claro existem gestores e gestores. Nós temos em Rondônia exemplos de escolas que não são militares que funcionam e funcionam muito bem, como foi colocado aqui. Agora se for investimento nós temos que pensar em fazer gestão onde não está sendo feita a gestão com financiamento, melhorando a gestão, melhorando o recurso público que vai para aquela determinada escola. Então, a minha dúvida surgiu nisso, a outra dúvida que surgiu também foi que foi colocada na apresentação a respeito de presença armada de militares nas escolas. Acredito que vai ser esclarecido para vocês que estão aqui presentes em relação a isso se vai haver. Outra questão que eu também já levantei na Comissão de Educação, o Professor é o mesmo, não vai mudar a figura do professor atual da escola, é o mesmo professor. Então, só alguns pontos a ser colocado para a comunidade rondoniense porque não é só Porto Velho que esse Projeto está chegando, está acontecendo em Vilhena, está acontecendo em Ji-Paraná, está acontecendo em Ariquemes e são várias regiões do nosso Estado que esse Projeto vai beneficiar e outra questão, não são todas as escolas, até porque a

SEDUC não teria condições e nem a Polícia Militar de implantar um Projeto desses em 52 municípios do Estado, seria até impossível. Outra questão que eu acho que ninguém falou que foi colocado, um dos modelos do militar que vai ser usado na escola é o militar da reserva, com exceção o diretor. Então, uma das minhas preocupações vai tirar policial da rua? A princípio não. Pelo menos foi o que foi informado a minha pessoa quando requisitei tal informação, porque se a gente já não tem um policiamento que a população merece nas ruas, imagine tirar e colocar dentro de escolas. Então, essas dúvidas que eu coloquei do Projeto é que a comunidade muitas vezes não entende como vai funcionar o Projeto e a questão que também foi colocado aqui de se fazer política lá dentro para uma determinada pessoa que eu acredito que isso aí não vai ser feito. Fui militar já, inclusive, só um pouquinho, deixa eu concluir.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, companheiros.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Eu fui militar eu servi as nossas Forças Armadas por três anos, prestei o serviço militar aqui na Base Aérea de Porto Velho, eu conheço as diretrizes militar, alguns pontos colocados aqui estão exagerados, eu acho que tem que ser revisto esses conceitos, alguns pontos, não são todos, alguns pontos eu concordo com quem colocou, eu concordo com a luta de vocês, mas tem que ver caso a caso...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Em relação, em relação, a estrutura das escolas precisa-se melhorar. Eu tenho visitado escola, só para concluir, Deputado Lazinho, outro dia desses eu estive visitando a Escola Manaus, antes de acontecer a gestão lá, ouvi professores, ouvi alunos, e ouvi pais, fui como Presidente da Comissão de Educação e o que eu ouvi lá só foi coisa ruim, só que o que eu mais ouvi lá também foi a falta de apoio da gestão da SEDUC dentro da Escola Manaus, eu também ouvi isso e eu ouvi muitos dos alunos e dos professores também a atuação do crime lá dentro, a dificuldade de educar lá dentro...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Aluno pegando o ar do ar-condicionado, cheirando para se dopar, coisas absurdas que acontecem ali dentro. Então, tem que haver, tem que haver uma discussão como eu disse, nós estamos fazendo um debate atrasado, esse debate era para ter sido acontecido bem antes e amadurecido, amadurecido as ideias até porque nós vivemos, nós vivemos, só um pouquinho, só um pouquinho...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, para concluir Deputado, para concluir.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Só para concluir. Porque nós vivemos num país de democracia e quem vive num país de democracia as ideias têm que ser respeitadas e tem que ser ouvidas, entendeu, respeitando cada um que vai falar. Então, um grande abraço para todos e boa tarde.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado. Muito obrigado Deputado.

Eu quero mais uma vez reiterar o nosso pedido para que a gente possa ouvir todos os lados e já como mau exemplo, o Deputado Anderson, de não cumprir o tempo eu sugiro, eu peço aos Deputados que cumpram o tempo de 05 minutos, não sigam o exemplo do Deputado Anderson.

Deputado Jean, com a palavra.

Não vai falar? Deputado Jesuíno Boabaid, com a palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Se eu puder falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu quero pedir para que... Primeiro, primeiro, a maioria dos senhores e senhoras são educadores, a maioria, não precisa dizer mais nada.

Você também, por favor, se acalme, vá comer um lanchinho, fique tranqüilo.

Vamos ouvir, como eu disse, aqui a maioria são educadores e os que não são educadores são educados, vamos exercer essa educação que nós aprendemos.

Vamos lá, Deputado Jesuíno, por 05 minutos sem direito a apertes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O problema que está marcando lá Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não, vai voltar atrás.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Volta lá. Eu quero aguardar primeiro a Mesa aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Volta o tempo aqui de 05 minutos cadê o Coordenador da Mesa aqui? Por favor, pode começar agora Deputado. Por favor, se falarem eu vou estender o tempo aqui, aí vai virar uma baderna isso aqui, eu quero sugerir que se comportem crianças, por favor.

O SR. JESUÍNO BOABAID - O Presidente ainda não marcou. Agora, independente, primeiro cumprimentar Vossa Excelência por chamar essa discussão a esta Casa, todas as pessoas presentes. Fica claro que hoje, infelizmente quem é a favor não está se manifestando, não sei por qual motivo, mas diante de todas as discussões, meu posicionamento vai ser sempre favorável. Quero deixar bem claro, e aqui fique registrado, Manuelzinho, que jamais votei contra servidor e aí o Germano pode também se manifestar, todo sindicalista que se encontra presente. Nunca votei contra servidor e não vou votar contra servidor. Agora, a gente não pode assistir de camarote os nossos filhos, os jovens adolescentes ficarem da forma que estão ficando, como é o exemplo, como bem disse o Capitão Rocha que a Escola Manaus, onde crianças de 1º ao 5º ano não poderiam chegar lá sala, um exemplo, no galpão, vamos falar assim, no ginásio, que não é um ginásio, que é aberto, para poder acessar por conta de que os marginais não permitiam. A gente não pode permitir que os professores, que os educadores não tenham condições mínimas de ministrar aula, falando em patrulha escolar. Patrulha escolar vai fazer patrulhamento em todas as escolas. Hoje nós temos um déficit na questão do efetivo da Polícia Militar. Iremos ficar de braços cruzados? Se eu fosse Governador não teriam somente 05 escolas, seriam muito mais escolas militarizadas. Independente... Presidente, Presidente, eu não posso terminar...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pessoal, todo mundo se expressou...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu tenho posicionamento. Ou é democracia ou não é democracia isso aqui?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos ouvir, por favor, gente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Outro ponto que eu quero dizer, a Tenente Ossucci e demais escolas aqui, existe realmente essa questão de um Decreto e uma lei do Governador, mas nunca foram aplicados os R\$ 20,00, Deputado Anderson. Nunca foi aplicado essa diferença de R\$ 20,00 para as escolas, até porque a SEDUC não permitiu. E se houvesse essa situação, seriam R\$ 20,00 para todas as escolas. Outra coisa que eu quero dizer, a evasão escolar, a criminalidade que predomina... Presidente, aí fica difícil, ficar atrapalhando... A senhora, como educadora, a senhora poderia dar exemplo. A senhora, como educadora deveria dar exemplo. Fica difícil.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um momento, Deputado. Eu tenho duas possibilidades, encerrar, continuar e todo mundo ouvir todo mundo. Vamos ouvir todo mundo e eu não quero ter que chamar a atenção de nenhum dos professores, porque aí é horrível. Vamos lá, Deputado. Por favor...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vou iniciar de novo. Já foram quase 03 minutos aqui, praticamente, interrompidos. Mas eu quero dizer para vocês que não sou contra professor, não sou contra educador. Sou a favor de uma boa educação, sou a favor do futuro para a nossa nação que hoje vive uma situação caótica. E outra coisa, temos que ter uma resolução do problema. Hoje a professora falou, realmente má condição de trabalho, salário não é aquilo que realmente o professor merece, mas a gente vai ficar assistindo a coisa evoluir? Exemplo da Escola Capitão Cláudio, a situação lá estava e está sendo comandada por marginais. Todos os dias recebia... Presidente...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor, por favor!

O SR. JESUÍNO BOABAID – Crianças foram esfaqueadas, duas crianças foram esfaqueadas lá. O tráfico de entorpecente, igual ao pai que falou lá, é comercializado dentro da sala de aula, praticamente. Isso não foi eu que falei, foi o pai. E não tem mais como e o comando, a SEDUC perdeu o controle, os professores e o próprio Diretor. E agora, com a gestão compartilhada, que vai ser a presença de um Diretor, um Diretor que é um Oficial ou pode ser um Sargento, mas um Oficial da Polícia Militar, e os demais são da Reserva Remunerada, terá gestão compartilhada. São apenas 06 escolas: Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho estava fora. Lá, exemplo, em Ariquemes teve diversas Audiências Públicas. Aqui em Porto Velho teve uma tentativa, mas infelizmente teve um problema e não finalizou a Audiência. Mas independente de qualquer discussão, independente de qualquer debate eu, nesta tarde, tenho meu posicionamento ainda melhor, por que aqui foi falado uma série de questões que a gente sempre leva para valorização do profissional. Eu entendo que deve ser valorizado, mas nós temos que partir para outro viés, qual é o outro viés? É o problema que hoje a nação vive, a falta de

educação, a falta de valorização, ou seja, os princípios que norteiam a educação não têm mais, não tem mais! O controle social naquelas localidades já se perdeu. Fui a Manaus e presenciei lá como é uma escola militarizada, onde o crime predominava, onde as facções predominavam, e o próprio professor, as próprias pessoas que ali os alunos têm uma outra disciplina. Então, todos os militares, agradeço aqui à SEDUC, agradeço a Tenente Ossucci e a todos os presentes. Aqui tem um Deputado que está presente e estará defendendo de todas as formas a militarização das escolas. Obrigado, Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno. Eu quero convidar agora, para fazer uso da palavra, o Deputado Léa Moraes, pelo prazo de 05 minutos sem direito a apartes.

O SR. LÉO MORAES – Pessoal, boa tarde; boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade, parabenizar o Deputado Lazinho da Fetagro por ser o proponente desta Audiência de um assunto extremamente relevante, necessário, de utilidade pública e que em muito estava passando ao largo do interesse da sociedade de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Acima de qualquer coisa, o debate tem que ser proposto, nós temos que esgotar através do convencimento, a possibilidade de implantação ou não das militarizações, a militarização das escolas. Isso só acontece nesse ambiente, onde temos posições contrárias, divergentes e cada qual faça a sua defesa com seus argumentos, com a sua experiência de vida. Isso é fundamental. Parabéns, Deputado Lazinho da Fetagro, a quem estendo também aos demais Deputados que fazem parte deste momento, quem sabe histórico para a educação do Estado de Rondônia. Gostaria de cumprimentar os representantes da Secretaria de Educação, as autoridades militares constituídas e, principalmente, a academia, a universidade que está presente, Professor Dettoni que está aqui, Vereador jabá, outras autoridades. Presidentes de Sindicatos, como o Germano que está aqui, fez uma audiência importantíssima em Brasília, com apresentação do próprio relator da Reforma da Previdência, o Hauler, se eu não me engano estava presente, da Tributária, e a todos vocês que são os atores fundamentais desta discussão. Bem, primeiramente como foi já explanado por tantos, e peço desculpas pelo breve atraso, estava agora na Escola Estudo e Trabalho, entregando uma emenda de melhoria para o ambiente de refeitório daquela escola, assim como tantas outras precisam de reformas e melhorias. No que tange à militarização, Deputado Adelino; o Manuelzinho está aqui, do Sintero, Nereu também, nós temos que fazer o que estamos fazendo neste momento, simplesmente alardear por aí que o exemplo de Jaci teria perfeição em Porto Velho, é um engodo. Mas, falando de Jaci-Paraná, nós estávamos chegando à pobreza iminente, num ciclo de pós-usinas findando com muita prostituição, com utilização de drogas, sem perspectivas de melhorar aquela região. Naquele momento, a escola que um teve o debate, foi importante, foi importante. Agora, entender que essa exceção deve virar regra, no mínimo, na pior das hipóteses é desconfiar do potencial intelectual do Estado de Rondônia e das pessoas que aqui vivem. Eu digo, como exemplo muito claro, a escola, as militarizações das escolas surgiram para formar cidadãos e para os mesmos ingressarem nas Forças Armadas. Foi assim em Recife, foi assim em Fortaleza, foi assim em Manaus e, diga-se de passagem, tinha um nível de dificuldade naqueles testes, altíssimos. Tenho um primo que se formou, inclusive, na escola militar de Fortaleza para aquela finalidade, para

auxiliarem com mão de obra qualificada para as próprias Forças Armadas. Militarizar a escola no momento onde comerciantes, funcionários públicos, autônomos, profissionais liberais são assaltados a luz do dia no nosso Estado de Rondônia. Por mais que a gente entenda que serão profissionais da reserva remunerada, alto lá, onde está, e aí eu acho que é um processo que pode acontecer, e o Estado, daqui algum tempo estará preparado, o Estado pode estar preparado, nós temos que falar de metodologia, de princípios pedagógicos, de preparo para esses profissionais estarem dentro das escolas. Não pensem vocês, inclusive os meus colegas, que militarizar escola é raspar cabeça, bater continência e ficar de joelho no milho. Isso não é militarização, isso não é! No momento que a gente quase discute o fundamentalismo político, onde a gente trabalha no maniqueísmo, onde tem o time do bem e do mal. Isso não existe! Não existe time do bem o do mal! A militarização pode ser importante desde que não tenha promovido um debate aqodado e que seja aprovado de goela abaixo, porque isso, quem vai sofrer são as gerações vindouras. Quem sabe, pode trazer uma falsa percepção, de imediato, que as coisas avançaram. Eu não tenho dúvidas que pode trazer essa falsa impressão, mas a opressão é o caminho mais obscuro dos regimes autoritários. Nós temos, Deputado Lazinho, para encerrar...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir.

O SR. LÉO MORAES – Nós temos histórias, sei sim que a Escola Manaus é um local problemático, aquela região em que ela está encravada, historicamente sempre foi um local de uso de drogas. A Escola Capitão Cláudio também, mas quem disse que obrigatoriamente vai trazer índices altíssimos e europeus do IDEB, como estão propagando. Vai depender do poder de organização da Secretaria de Educação, e principalmente, do debate, porque se a população tiver interessada, como nós fizemos, eu vi ali o Diretor Léo, eu acho que ele está ali, Léo, levante a mão. Está ali. Nós não discutimos a questão da Gestão Democrática? Fomos o autor para que vocês pudessem escolher seus representantes, que tivéssemos Conselho Escolar. Participei ativamente do mesmo jeito, se a população quiser em um tempo não tão distante voltar a discutir com preparo e capacidade eu estarei a atender o interesse da maioria, muito cuidado e atenção que isso não é brincadeira. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Adelino Follador, prazo de 05 minutos sem direito a apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Deputado Lazinho, proponente desta Audiência Pública, em nome seu cumprimentar todos os Deputados aqui presentes, todo o pessoal da Mesa; em nome do Padre aqui cumprimento todo o pessoal da Mesa; Manoelzinho, representando o SINTERO, todos vocês aqui presentes. Para nós é uma satisfação estar aqui e eu quero colocar algumas coisas como aconteceu inicialmente essa ideia de militarizar, que seria uma Gestão Compartilhada, primeiro, inicialmente era Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena, as três escolas que pelo exemplo que foi visto lá em Jaci-Paraná, como exemplo a escola aqui de Porto Velho, mas, principalmente, lá de Ji-Paraná, surgiu esse debate e aí em Ariquemes primeiramente estava estudando a questão da Carmem Ione ou a Escola Chico Mendes. E a gente vendo eu fui contra a Carmem Ione, de

imediatamente, fui à SEDUC, falei com o Governador, mas a Chico Mendes que eu acompanhei com os dois últimos diretores que passaram por lá, muitos problemas, e de fato praticamente tinha um interventor e não, com muitos problemas. Aí nós começamos a estudar e discutir. No primeiro momento, inclusive o SINTERO, eu liguei para o Manoelzinho, naquele momento, e quando o SINTERO fez uma reunião lá na escola todo mundo foi contra, eu recuei, vim à SEDUC e perguntei: falei, precisa que seja discutido com os funcionários, que seja discutido com a sociedade primeiro, caso contrário eu sou contra. E lá aconteceu, e lá então foi a Tenente se deslocou à Vilhena, Ariquemes, Ji-Paraná onde tiveram as reuniões, e eu participei, não com os funcionários, mas tem a Ata que todo mundo ficou satisfeito depois da explanação, tirado as dúvidas, e a noite eu participei com a comunidade onde tinha muitos professores, muitos funcionários juntos. E no primeiro momento, inclusive, quando eu fui a primeira vez muitos pais também se posicionaram contra, e depois dessa explanação foi pedido, foi lavrado em Ata, onde todo mundo concordou, inclusive, tinha uma mãe de um aluno, tinha um aluno quando viu a Tenente chegando, nossa, abraçou, e a mãe deu testemunho, e olha 100% foi adesão, e tem a Ata lá na SEDUC para comprovar isso. Então, baseado nisso, é que nós voltamos aqui na Assembleia e começamos a discutir esse Projeto, e esse Projeto foi aprovado. E agora depois, na Comissão de Educação, agora semana retrasada que o Deputado Anderson é o Presidente, onde foi discutido e lá, conversando até com a Tenente, nós fizemos uma Indicação para a SEDUC que seja aqui: "Indica ao Governo do Estado, cópia à SEDUC a necessidade de fazer uma avaliação quanto à qualidade, resultados obtidos depois da implantação da Gestão Compartilhada na Escola Tiradentes em Jaci-Paraná, município de Porto Velho". Porque é que eu fiz essa Indicação para que a SEDUC monte uma comissão e faça uma avaliação para que a sociedade conheça o que está acontecendo. Não sou... Gostaria de nunca precisar militarizar nenhuma escola, eu sou contra, gostaria que nunca precisasse, mas determinados assuntos e eu falo para vocês, eu falo para vocês, depois de implantar que eu acho que está com dois meses e pouco, três meses, eu tenho feito periodicamente visita na Escola Chico Mendes e nós vimos todos os pais, todos os testemunhos dos pais, todos os alunos e todos os professores lá, nenhum, está aqui o Edson, que esteve comigo lá, e nós ouvimos, inclusive ele também deu opinião, todos os professores sempre elogiando, não teve um questionamento daqueles professores. Então, eu acho o seguinte, não é que nós estamos a favor de militarizar escola, não queremos que seja implantado em todo o momento, mas em casos, em momentos, esse modelo está dando certo. Mas, eu quero frisar aqui a SEDUC que proceda esse levantamento, que faça uma avaliação, essas escolas já estão implantadas, não é uma coisa que vai ser implantada, e essa discussão, muita coisa que foi questionada aqui eu vou levar para que a gente acompanhe, para que a gente consiga fazer uma avaliação mais de perto. Eu acho que as observações de vocês aqui foram muito importantes, gostaria de parabenizar o Deputado Lazinho pela iniciativa, foi aprovado por esta Casa para que a gente discuta, todos os projetos têm que ser discutidos. Mas, no momento, eu creio que essas escolas já foram militarizadas e se for criar outras escolas, eu defendo, eu não sei se aqui em Porto Velho, parece que não conseguiu ter a Assembleia, que aja uma discussão com a comunidade, que continue a ter uma discussão com a sociedade e principalmente com os professores que vão trabalhar lá dentro, para que eles saibam o que vai acontecer e saibam também e possam dar a sua opinião. Então, quero deixar aqui a minha opinião...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos, para concluir, para concluir, por favor.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, eu quero deixar aqui a minha, a história como surgiu essas 03 escolas aqui em Porto Velho, eu não participei, não posso dizer. Mas, de Ji-Paraná, de Vilhena e de Ariquemes surgiu discutindo com a sociedade, com certeza. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino. Com a palavra o Deputado Hermínio, por cinco minutos sem direito a apartes. Por cinco minutos Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Cinco minutos é muito pouco...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Democráticamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero o tempo do partido, da ex-presidência que já fui ex-presidente da Casa. Eu estou brincando, eu vou tentar falar o mínimo possível. Mas, é triste, nós numa época de hoje, 2017, nós aqui no 7º ano de mandato desse Governo, a gente está discutindo um trem desse aqui. Eu fico olhando, é muito fácil, é muito fácil do jeito que está a esculhambação nesse país, você vender, vender essa conversa que botar um coronel reformado numa escola vai resolver todos os problemas da comunidade, é muito fácil você vender isso, é muito fácil você vender e dizer: 'não, teu filho ao vai mais ser molestado, teu filho não, não tem preocupação do teu filho ter uma opção sexual diferente, ele tem que se enquadrar em ser hétero, ele não pode nem pensar e ele vai, ele vai, ele não vai mais correr risco nenhum de nada'. Eu acho engraçado, o Adelino mesmo colocou um exemplo de Ariquemes; disse que a escola lá que foi militarizada tinha várias bocas de fumo perto da escola e depois que militarizou, disse que os traficantes fugiram de lá, saíram de lá. Porque a polícia e cadê o papel, o verdadeiro papel da polícia militar de combater a criminalidade. O Estado, o Estado de Rondônia hoje o efetivo da Polícia Militar era para ser no mínimo 8.600 homens, isso dito pelo próprio Confúcio Moura e nós temos aí 4.000 e poucos; nós não temos efetivo deputado Jesuíno para atender a esculhambação, a violência que está aí na periferia da nossa cidade e no campo também. A nossa própria Polícia Militar, a nossa própria Polícia Militar, poderia muito bem chegar e dizer para população de Rondônia e dizer que a Polícia Militar, hoje ela não tem condições de fazer nem o papel dela, a obrigação dela, porque o Estado não dá condições. Agora, o desrespeito, o desrespeito aos trabalhadores da educação, o desrespeito, se eu não me engano, são o quê? Mais de 20 mil trabalhadores da educação, quer dizer, que os nossos trabalhadores da educação não, para os nossos moleques ter disciplina, ter ética, ter moral, ter respeito, ter, tem que ter um coronel, um coronel lá, primeiro ele vai ter que enquadrar os professores na lei, na lei militar para depois os professores enquadrar os alunos, é isso? E um reformado, é um coronel reformado que vai mudar isso? Isso é ideia de Governo que não tem compromisso nenhum, com ninguém, principalmente com a educação, isso não resolve nada. Nós estamos discutindo, nós estamos discutindo aqui uma ideia, uma ideia, uma ideia pequena para atender o quê? 1%, que no caso seria o quê? Umas 4, 5 escolas no Estado de 470, 4 ou 5 escolas militarizada e como se isso fosse a solução da educação. Isso é coisa de político irresponsável. Hoje, hoje nós tínhamos que

estar discutindo aqui, aqui o nosso Padre Valdeci, o nosso Dr. Valter, o representante da OAB, a nossa Judite aqui, a professora Judite, já disse tudo, já disse tudo; principalmente a Professor Judite que conhece tudo, que convive há anos aí, sabe o que é a educação pública nesse País e nessa cidade e nesse Estado. Aí, eu quero, eu quero, eu tenho maior respeito pela nossa Polícia Militar e não tenho problema nenhum que tenha o Colégio Tiradentes e até que crie outro colégio militar, com todo mundo militar na escola. Agora, por exemplo, você colocar, é tristeza e os nossos trabalhadores da educação, o SINTERO e os trabalhadores da educação; muitas vezes vocês cobram da Assembleia. O meu gabinete mesmo, a gente sempre defende o que a sociedade traz para gente, a força, a força, aqui a maioria do Parlamento é governista, é governista, as ideias do Governo sempre passam aqui. E os trabalhadores da educação junto com os alunos, vocês têm muita força para gente mudar a realidade, apesar de que com esse Governo Confúcio Moura eu não tenho esperança que melhore a educação e muito menos a segurança pública, mas que nos próximos governos, que a gente lute para ter uma educação de primeira, valorizando os nossos trabalhadores da educação, incentivando, motivando. Por que é que a escola lá de Jaci-Paraná, pode ter uma horta e as nossas escolas públicas sem ser militarizadas não podem ter? Por que a escola de Jaci pode ter Jiu-Jítsu, Vôlei, Basquete e as nossas escolas sem ser militarizadas não podem ter? Por isso, é mais uma... E outra coisa há poucos dias, o governo mandou um Projeto para cá trocando, contratando o civil para ocupar os espaços da Polícia Militar, os pontos da Polícia Militar, ele está fazendo tudo ao inverso, e colocando os civis para vir ocupar o lugar da Polícia Militar e colocando os nossos militares para querer melhorar a educação no Estado. Por isso, é mais uma ideia infeliz que pode até resolver o problema lá da comunidade, mas se quer, para combater a violência, não é um Coronel reformado que vai combater, são policiais nas ruas, é efetivo nas ruas fazendo prevenção enfim, e política também para dar emprego, para dar esporte, lazer, cultura para os nossos jovens, o Estado não tem nada disso. E vem com essa ideia, fazendo politicagem, aproveitando um momento muito difícil do País, onde é muito fácil você dizer, você colocar, porque...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Hoje o culpado de tudo são vocês mesmo, os professores mesmo que são culpados pela má educação e culpado pela violência que tem na cidade, os trabalhadores é que são os culpados. O culpado são os nossos políticos picaretas, safados, ladrões, que nunca valorizaram a educação nesse Estado. Por isso eu conto com... O nosso gabinete está à disposição para enfrentar esse governo e fazer ele respeitar os trabalhadores da educação e também todos os alunos desse Estado. Obrigado Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só para encerrar queria dizer o seguinte: esse governo, nós tínhamos que estar aqui para discutir um impeachment para esse governo ruim e sem-vergonha.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado. Passo a palavra, pronto... Muito bem vamos lá. Passo

a palavra para o Tenente Coronel Lima. Por favor, por favor, vamos lá. Com a palavra Coronel.

O SR. TENENTE CORONEL LIMA – Boa tarde a todos! Inicialmente gostaria de cumprimentar a Mesa, Professora Irani, do CRE; gostaria também de cumprimentar meus queridos alunos do CTPM I. Bem pessoal...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor.

O SR. TENENTE CORONEL LIMA – Para quem não me conhece, eu sou o Tenente Coronel Lima...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Marque o tempo aí para nós, por favor.

O SR. TENENTE CORONEL LIMA – Sou Tenente Coronel Lima, sou Diretor do Colégio Tiradentes Unidade I, e estou aqui representando o senhor Comandante Geral da Polícia Militar. Eu tenho atualmente 1.580 alunos no Colégio Tiradentes, dos quais 80 são da Creche Pequena Priscila. E eu vejo que existe um desconhecimento total dos senhores. Por quê? Por que o desconhecimento? Recentemente eu tive a oportunidade de visitar o Colégio Manaus, e em conversa com a orientadora, ela me falou Coronel, eu perguntei; como é que está o colégio? E ela me falou: Coronel, o colégio melhorou 100%, aí eu pergunto, eu pergunto, eu pergunto, será que realmente a militarização não é uma coisa boa? Vamos lá, aí o que acontece? Estão discutindo, estão discutindo a questão de opressão de policiais militares armados. Senhores professores, Membros da Mesa, não existe opressão nenhuma. Eu tenho mil e quinhentos alunos que a cada dia, que a cada dia muitos pais me abordam e chegam a chorar porque estão no Colégio Militar, porque gostam...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, pessoal, por favor, vamos ouvir.

O SR. TENENTE CORONEL LIMA – Então, senhores, eu credito que a manifestação, ela deve existir realmente, agora o importante, é importante que os senhores conheçam o Colégio Tiradentes. Inclusive, inclusive na visita que foi feita ao Colégio Manaus, eu fui com o corpo pedagógico, e o corpo pedagógico se demonstrou interessadíssimo em conhecer o Colégio Tiradentes, Unidade I. Nesse circuito, nesse circuito o Colégio Tiradentes I, que é, o qual eu sou o Diretor, já são 26 anos, aí eu pergunto realmente o Colégio Tiradentes é tão ruim assim, é tão ruim? É tão prejudicial? Nós temos uma parceria com a SEDUC, inclusive quero até cumprimentar a minha vice-diretora a Professora Marinete que está aqui presente, o corpo pedagógico caminha normalmente, não tenho pressão, não tem pressão a nenhum professor, não tem nada disso. A direção caminha juntamente com o corpo pedagógico, não tem discussão, as decisões são tomadas em conjunto, é direção geral, direção pedagógica, supervisores, orientadores, psicóloga, todos juntos. Dizem que o colégio militar é rígido, não pode isso, não pode aquilo, eu acho engraçado, eu uso como exemplo o Colégio Santa Marcelina quando o pai vem com o aluno a 10 metros do portão elas fecham o portão, não entra mais, lá no Santa Marcelina é bem mais rigoroso do que o colégio militar. É lógico e evidente que o colégio militar tem as suas regras, mas vocês sabem que colégios particulares também tem suas regras, agora porque essa discussão, essa briga com o

Colégio Tiradentes, com o colégio militar? Então o que acontece, talvez, talvez, eu acompanhei a fala de todos, talvez exista um desconhecimento com relação do que seja um colégio militar de verdade. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Capitão. Passar a palavra para a nossa amiga da UNIR, Professora Marilza Miranda de Souza, por favor professora, vamos ouvir.

A SRA. MARILZA MIRANDA DE SOUZA – Quero primeiramente cumprimentar a Mesa em nome do Presidente do SINTERO Professor Manoel, e cumprimentar todo o público em nome do aluno da UNIR, o Holanda, aluno do curso de pedagogia. Eu quero, são só 05 minutos, é muito pouco, não fui chamada aqui para falar só 05 minutos, estou aqui reclamando do tempo, mas eu vou tentar colocar algumas questões. A escola pública sob a gestão militar como está sendo feito em Rondônia é inconstitucional. Antes de tudo é preciso enquadrar a escola no âmbito das modalidades conforme previsto no artigo 206, da Constituição Federal. Essas escolas que estão sendo militarizadas são públicas, são privadas, são convencionais? São públicas, são escolas públicas e, portanto, o que a Constituição Federal prevê para essas escolas públicas? O artigo 206, VI, diz que a escola pública deve ser gerida democraticamente. O Supremo Tribunal Federal em consulta recente afirmou não ser obrigatória eleição para diretora de escola, mas é obrigatória a gestão democrática, a escola deve garantir o pleno funcionamento do Conselho Escolar com a participação efetiva da comunidade escolar, a comunidade escolar não foi consultada sequer para implantação desse projeto. Gerir uma escola democraticamente é garantir a participação da comunidade nas decisões da escola, na definição do currículo, nas políticas pedagógicas da escola. A prática de gestão da escola pública militarizada da forma como está sendo feita hoje no Estado de Rondônia é ilícita, é inconstitucional, não se respeita o princípio básico da gestão democrática. Além desses fatores, as escolas militares originalmente são instituições de ensino que seguem outra modalidade, como a Escola Tiradentes, se distanciam das demais escolas públicas, são escolas criadas especificamente para o fim militar, não é o caso do que está acontecendo agora com a militarização das escolas em Rondônia e em todo o país. Essas escolas públicas militarizadas têm características que reproduzem a estrutura do Exército brasileiro, as regras e normas dessas escolas mostram que elas são instituições com o fim de preparar indivíduos para naturalização das relações desiguais, para padronização de comportamentos, para a obediência civil. Nós colocamos outros aspectos à ilegalidade também, outra prática da escola militar que é ilícita, que fere mortalmente a Constituição Federal, é o descumprimento do princípio de gratuidade. As escolas militarizadas cobram taxas, o ensino à instituição pública oficial deve ser gratuito, absolutamente gratuito. Pode uma contribuição voluntária como diz a lei, que foi aprovada aqui por esta Casa? Não pode. A escola é pública. Outra ilegalidade é a proibição da organização estudantil. Descumpra com o disposto na Lei 7398/85. A Lei do Grêmio Livre. Os estudantes em todas as escolas públicas do País têm direito a organizar o Grêmio Livre, autônomo, combativo, na defesa dos legítimos direitos dos estudantes. E as escolas militares não permitem essa organização dos estudantes. Outra ilegalidade diz respeito à Emenda Constitucional 59, que prevê a obrigatoriedade, a gratuidade no ensino até os 17 anos. Se o Ensino Fundamental e Médio são obrigatórios e a escola transforma a escola militar, transforma em escola mili-

tar, ela está fazendo o serviço militar obrigatório e isso é ilegal. Há normas internas da ONU em que o Brasil é signatário, como a Convenção dos Direitos da Criança, no seu artigo 38, que não permite soldado criança. Nós vimos à foto aqui de uma criança vestida, inclusive, com o uniforme militar. Cabe uma representação na Corte Internacional de Direitos Humanos, porque não se respeita essas normas. Há nesse sentido uma ruptura com a legislação do País na atuação dessas escolas, principalmente na verificação de que não há legislação que preveja ou que permita a gestão das escolas pela polícia militar, além disso, outra ilegalidade em relação à educação, a ilegalidade em relação a própria função da PM. Pode um militar ser escola? Vejamos o artigo 144 da Constituição Federal: esse artigo que trata da segurança pública, atribui as funções da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar. A Polícia Militar, conforme o parágrafo 5º, só tem duas funções: 'as polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública'. Nada mais. Não podem se ocupar da educação, é inconstitucional. O papel da polícia é resguardar o cidadão, garantindo a sua segurança, não podendo assim assumir o cargo de educação. Educação é atribuição do professor. Essa condição é uma posição fascista, está crescendo a cada dia o processo de fascistização da sociedade brasileira e a militarização das escolas é uma face desse processo de fascismo. Nós não podemos permitir isso. Nós defendemos uma escola pública gratuita, democrática, igualitária. Não podemos permitir, saber que alunos sejam tratados dessa maneira como são tratados na escola militar. Só para concluir, nessas escolas não podem permanecer homossexuais, nem deficientes, nem obesos, não se trata a questão de gênero, enfim, é uma escola excludente, é uma escola fascista que não serve ao povo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado professora. Terá o mesmo tempo de seis minutos e trinta segundos, a nossa amiga da SEDUC, a Maria Angélica Aires, terá o mesmo tempo de seis minutos e seis segundos que teve a professora. Vai ser o mesmo tempo. E eu peço, que mantenham a ordem e deixem que ela fale, porque nós, essa Audiência Pública... Por favor...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria... Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – A professora da UNIR falou 6min30s, mas a partir dos 05 minutos ela já passou a ser cortada aqui pela presidência. No caso, ela não teve os 06min30s...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos dar o mesmo tempo que foi usado para...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas Vossa Excelência só está usando para ela? No caso nosso Vossa Excelência não usou.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – O mesmo tempo de 6min30s corta o microfone, porque a partir dos 05 eu vou falar que está faltando tantos minutos. É o mesmo tempo. Aqui não está... Eu estou fazendo a Audiência dentro dos parâmetros, para que tenha igualdade de fala e de debate

para todos. E o povo foi aqui representado por todos. Por favor...

O SR. ADELINO FOLLADOR – E todos querem os esclarecimentos da parte da SEDUC.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Deputado Lazinho...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Com a palavra...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Seis minutos e trinta, desde que sejam respeitadas as falas, porque não está havendo respeito. Se o posicionamento for contrário, acho que numa Audiência Pública tem que se debater, a gente tem que ouvir sendo contrário ou não. Então, que democracia é essa? Estou fazendo uma crítica, porque receber via não é respeito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Até agora eu tive a atenção...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – A maioria aqui é educador, pelo que eu sei, a maioria educa nossos filhos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Deputado, por favor. Eu tive a atenção de prolongar as falas de todos aqueles que foram cortados, até agora. E será dessa forma que será conduzida até o final. Portanto, eu sugiro que tenham calma e mantenham a fala e aos 6min30s encerra-se a fala, ok? Com a palavra, Angélica.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Boa tarde, quase boa noite. Eu quero, na pessoa do Deputado Lazinho, proponente desta Audiência Pública, cumprimentar todos os demais integrantes da Mesa e neste curto espaço de tempo vou tentar esclarecer algumas dúvidas e desfazer alguns equívocos. Nós respeitamos muito as falas de todos que vieram aqui, colocaram a sua opinião, o seu entendimento, a sua compreensão sobre o assunto, mas a SEDUC também tem um posicionamento e nós gostaríamos que todos ouvissem e respeitassem o posicionamento da Secretaria. Nós, na verdade, em 2015, em novembro de 2015, nós estivemos, uma Comissão da SEDUC e uma Comissão da SESDEC, visitando o Estado do Amazonas. E visitamos duas escolas, a Escola Waldock e a Escola Áurea. São escolas que tiveram uma ascensão meteórica no IDEB. Escolas em que nós pudemos ouvir pais, professores, alunos. Agora, são escolas também que amplamente o trabalho está sendo divulgado em várias emissoras de televisão. Eu, por exemplo, tenho uma reportagem da Bandeirantes que fala sobre a Escola Waldock. Então, assim, são escolas que têm realmente práticas extremamente exitosas e apresentam gestão de resultados. Rondônia tinha apenas duas unidades de colégio militar, duas unidades. Daquela época para cá, nós estamos sim prendendo estudos para que a gente pudesse fazer uma expansão. Aqui se falou em regra, nós temos 450 escolas. A nossa intenção é chegar a 7 unidades de colégio militar. Então, eu penso que não se ameaça a gestão democrática, porque num universo de 450 escolas, 07 unidades colégio militar, colégios que indiscutivelmente retêm boas práticas e apresentam gestão de resultados. E eu quero dizer o seguinte, aqui, Deputados desta Casa, governistas ou não governistas, devem ser respeitados. Porque a SEDUC recebeu 07 indicações parlamentares para implantar unidades militares no Estado de Rondônia. E eu entendo que qualquer Deputado que está aqui

representa a vontade do povo e por isso merece respeito, respeito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Atenção...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Quero dizer aos senhores que nós temos...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Atenção, atenção! Por favor... Pode continuar.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Quero dizer aos senhores as unidades de colégios militares que foram implantadas até então, não é do nosso conhecimento nenhum pedido de transferência. Agora, Ji-Paraná e Vilhena já tem fila de espera para matrícula no ano de 2018. Não é do nosso conhecimento. Preciso esclarecer que esta Casa...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor. Por favor, vamos sentar, vamos acalmar.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Preciso esclarecer que esta Casa...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem que descontar o tempo aí.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, vamos sentar. Vamos acalmar, vamos ouvir.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Preciso esclarecer que esta Casa votou um PROAF diferenciado para o Colégio Militar de Jaci-Paraná dado as circunstâncias de vulnerabilidade daquela comunidade, mas para comprovação de qualquer um dos senhores, a Procuradoria Geral do Estado não permitiu que fizesse pagamento diferenciado. Então, o colégio de Jaci-Paraná nunca recebeu um tostão a mais do que toda e qualquer escola pública do Estado de Rondônia. Bom, outra questão aqui que foi dita que existe uma seleção. Nós, continuamente estamos falando, falamos em todas as Audiências Públicas que realizamos, e realizamos Audiência Pública em Vilhena, em Ji-Paraná, em Ariquemes, com a presença significativa da população...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Em todas as Audiências Públicas... Nós fizemos Audiências Públicas em Vilhena, Ji-Paraná e Ariquemes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor... O Manuel vai falar depois.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Em todas essas Audiências Públicas...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor... Vai só estendendo o tempo. Por favor, por favor. Pode continuar, Angélica.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Em todas as Audiências Públicas nós deixamos muito claro que nós estávamos replicando o modelo do Colégio Tiradentes de Jaci-Paraná, Unida-

de II, não é um modelo excludente, não é um modelo que paga nenhum tipo de taxa, não é um modelo que tem qualquer critério de seleção para entrada. É um modelo que nasceu para servir à comunidade. Não tem reserva de vagas para filhos de militares. Então, tudo isso foi abordado. Bom, o tempo está acabando, Deputado, e eu quero fazer uma consideração final sobre o assunto. Nós sempre esclarecemos que nós entendemos que é um modelo opcional para a sociedade, para a comunidade. Vai matricular seu filho na escola militar quem deseja que seu filho estude na escola militar. Agora, é bom que as pessoas aqui saibam que dos 30 melhores indicadores educacionais deste País, dos 30 melhores índices de educação deste País, 12 são de colégios militares. Provo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Provo para quem quiser, dos 30 melhores...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, respeitem, gente. Poxa!

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Outra coisa, que enquanto representante da SEDUC eu não poderia deixar de demonstrar aqui a minha indignação porque o retrato de escola pública que foi apresentado aqui não é o retrato da escola pública de Rondônia! Não é o retrato da escola pública!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, para concluir... Por favor, por favor, por favor...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Deputado Lázinho, nós temos no Estado de Rondônia escolas que têm indicador educacional 7.9, em nível de Sobral, Escola de Nova Brasilândia, Alexandre de Gusmão. Nós temos a Cora Coralina, Cacoal, 7.2. Nós temos o Carlos Drummond, de Presidente Médici, 7.1. Nós temos escola pública...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor... Olha, é o seguinte, ou fazem silêncio ou eu encerro a solenidade agora, a Audiência agora. Por favor, por favor...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lázinho, eu só queria...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Só para concluir aqui, por favor, conclua, por favor, Angélica.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lázinho, da forma como ela está falando ela está incentivando a ira do pessoal, ela não está falando como uma dita representante da SEDUC, da Educação de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – O Manuel vai falar, conclua, Angélica, conclua, por favor, conclua por favor.

A SRA. AMRIA ANGÉLICA AIRES – Nós entendemos que na educação de qualidade reside a esperança de muitas crianças, de muitos adolescentes, de muitos jovens. E essa educação de qualidade ela pode ser traduzida por diversos modelos, ela pode ser traduzida pelo modelo confessional como aqui foi dito, Santa Marcelina, o modelo confessional...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Chega professora. Agora a senhora que vai ter que me entender, foram 07min30, 07min12...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ela não falou três, ela não falou três.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passou o tempo até. Vai me entender agora, me desculpe.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Lázinho, peça para ela concluir, é mais fácil do que cortar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Conclua, por favor, Angélica.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Até porque não teve um minuto que conseguiu Deputado Lázinho, falar sem interrupção, Vossa Excelência não manteve a palavra do orador, infelizmente, Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor. Aqui na frente não tem criança e muito menos aí embaixo, por favor. Aqui, eu não estou puxando uma Audiência Pública para fazer a população de Rondônia passar vergonha, aqui é para a gente ouvir todos e colocar as ideias de todos. Então, por favor, conclua Angélica, mais 30 segundos.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Então, como eu disse, eu acho que a educação de qualidade ela é de fato a esperança nesse país e ela pode ter vários modelos. O confessional que nós temos aqui das nossas queridas Irmã Marcelinas, o modelo comunitário, que o Deputado Lázinho defende muito das nossas Escolas Famílias Agrícolas, que é um exemplo que nós rendemos todo o nosso reconhecimento e tantos outros modelos, o modelo militar e também o modelo das nossas escolas que realmente tem bons indicadores, tem gestão comprometida, competente, então a educação de qualidade...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado professora, obrigado professora, obrigado.

Por favor, por favor.

Com a palavra, com a palavra, com a palavra, eu quero pedir o respeito mesmo com as nossas divergências de ideias.

Eu quero que você também respeite a todos, por favor. Senão eu peço para retirar da Sessão, por favor, aqui nós temos que ouvir a todos. Eu não fiz Audiência aqui à toa, por favor.

Com a palavra o Presidente do SINTERO Manoelzinho.

O SR. MANUEL RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos. Primeiro eu quero pedir desculpas se eu tiver falando alto que eu estou com problema em tratamento de audição, por isso que a Judite fez a apresentação, então eu não sei se estou falando alto ou baixo que eu estou com 80 % de perda da audição esses três dias. Mas, eu quero começar dizendo primeiro que nós não somos contra Escola Militar, que é totalmente diferente. Nós somos contra a Militarização das Escolas Públicas que já foi dito aqui anteriormente, que é totalmente diferente.

O Cel. Lima, com todo respeito falou da questão da Escola Tiradentes que nós também conhecemos e entendemos. Mas, a escola foi criada com modelo militar e mesmo com todo esse elogio que ele colocou aqui desde 2007 que ele

não alcança a meta do Ideb proposta por ela. Então, não é essa maravilha do mundo. E naquele dia lá na Escola Capitão Cláudio, eu tenho um dado que me passaram errado, mas a própria Angélica concordou que o Ideb de lá não foi alcançado à meta. Então não vamos; que qualidade de ensino é esse se a própria Escola Militar não alcançou o Ideb desde 2007 proposta por ela? Esse é um ponto. Segundo: o Governo de Rondônia abandonou as escolas de Rondônia, quando acabou com a segurança pública dentro das escolas, nós éramos contra a terceirização porque era superfaturada, era R\$ 54 milhões/mês e o Sindicato continua defendendo concurso público para contratação de vigilância nas escolas através de concurso público e o Governo não faz. Esse é um ponto. Segundo ponto, antes que eu me esqueça, fazer uma correção aqui que o Deputado Adelino Follador, disse que, eu fui convidado para Audiência Pública na Escola Chico Mendes. Em momento algum Deputado eu fui convidado para o debate da Escola Chico Mendes, Vossa Excelência me ligou e perguntou: qual era o posicionamento do SINTERO com relação à militarização. O que eu disse: nós somos radicalmente contra Militarização da escola pública, não contra escola. Outro ponto, a própria Angélica lá na Escola Capitão Cláudio, não falou da Lei, eu fui até chamado de mentiroso, hoje, a 3532 foi aprovada por esta Casa em 2015. Ela diz: que não está implantando porque a Procuradoria do Estado é contrária. Ora, a quem que ela quer enganar? Qualquer Projeto que vem para esta Casa passa primeiro pela Procuradoria. Pelo menos é o que tem acontecido e o que é para acontecer de fato e de direito. Então, quem está faltando com a verdade? O que acontece que esse Governo está cometendo em Crime de Responsabilidade, Deputado Anderson, quando ele aprovou um Plano Estadual de Educação até 2024 a meta 17, e que tinha que ter “25 anos” por sala de aula ele não faz, porque diz que não foi aprovada no Congresso Nacional. Mas, esse mesmo Governo, quer impor a Militarização de goela abaixo sem Audiência Pública, porque ele faz reunião que não é Audiência Pública, pega um abaixo assinado como queriam fazer em pleno recesso na Escola Capitão Cláudio Manoel da Costa, mas a SEDUC omite quando lá na Escola Capitão Cláudio Manoel da Costa, se militarizar agora são 900 alunos que vão ficar sem aula no noturno, Deputado Anderson e Deputado Hermínio, porque lá é 4, 5 quilômetros de distância para ele conseguir fazer o 2º grau e com uma escola caro ele não tem dinheiro, muitas das vezes, nem para trabalhar, quanto mais para pagar vale transporte. E é preciso dizer a realidade. Se fosse militarizar, mas tendo o 1º ao 5º ano e o noturno, era diferente. Mas, não. Essa Militarização da Escola Pública é um engodo, é uma maquiagem, o próprio Comandante aqui, o Capitão Rocha, se me perdoe, depois de Militarizar a Escola Manaus eu estive lá em uma reunião, quando ele dizia para a comunidade que é acabado o 1º ao 5º ano na escola porque é de responsabilidade do município. E eu disse é verdade, mas se o Estado quiser ele pode bancar do 1º ao 5º ano, do 6º ao 9º e o ensino médio que é responsabilidade do Estado, mas esse mesmo Estado que é responsabilidade do ensino médio quer acabar com o ensino médio, quer acabar com a perspectiva desse jovem ter o futuro melhor é isso que esse Governo está propondo, acabar. Quando diz: “a marginalidade”! Cadê o Deputado Jesuíno? “Está dentro da Escola Capitão Cláudio”. Não está dentro do Capitão Cláudio, está lá fora, porque muitas das vezes a Polícia Militar não está fazendo o papel que lhe é devido, mas ela não faz não é porque quer também não, que muitas das vezes ela não tem estrutura, ela não tem condições também, mas, nós temos que

saber que quem faz educação são os trabalhadores em educação que entende de educação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir Manuel.

O SR. MANUEL RODRIGUES DA SILVA – Para concluir. Nós estivemos ao Ministério Público hoje de manhã e nós pedimos alguns esclarecimentos e até 6ª feira eles vão dá o posicionamento, e ele disse se não tivesse tido Audiência Pública, e não houve, houve reuniões que é diferente e para propor, eu proponho que esta Audiência pública recomende ao Governador que reveja o Decreto de Militarizar as próximas escolas porque não foi ouvida a comunidade, não teve Audiência Pública e se mesmo assim ele insistir em cometer Crime de Responsabilidade pronto por esta “Câmara”, que vocês garantam Audiência Pública com a participação dos alunos do noturno, do diurno, do matutino e com a sociedade escolar, porque nós estamos cansados desse Governo pisar e massacrar os trabalhadores em educação...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir.

O SR. MANUEL RODRIGUES DA SILVA – Cadê a valorização aprovada pelos Deputados? E eu peço aos Deputados que exija uma punição ao Governo de não está cumprindo as Leis aprovadas por esta Casa, ele corre Crime de Responsabilidade quando ele não cumpre aquilo que vocês Parlamentares aprovam nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Manuel. Só para, antes de fazer, fui anotando aqui alguns encaaminhamentos que foram propostos e antes de fazer essa leitura eu gostaria de salientar alguns detalhes. Eu fiz, tive o capricho de fazer o levantamento através da nossa Assessoria de um item que eu acredito que seja importante na educação que é o Ideb, além de tudo o que foi dito você discutir também a questão do Ideb nessas escolas, e a média nacional, a média nacional do ensino fundamental, por exemplo, de 2015 segundo informações é 4.5. É isso professores? 4.5. Nós temos escolas aqui no Estado Estadual que tem o Ideb de 5.5 e não são militarizadas. Nós temos escolas que tem 4.0 do Ideb, isso 2015; temos escolas do 8º ao 9º como a Escola Tiradentes que em 2015 deu 4.7 do Ideb. Temos escolas também como a Tiradentes do 4º ao 5º que em 2015 deu 6.1. A Escola Plácido de Castro, em Jarú de 8º ao 9º que é uma escola de periferia deu 4. A Escola Raimundo Cantanhede de Jarú, deu, olha a Olga Dellaia, em Jarú, do 4º ao 5º não é militarizada, deu 6.5, o Ideb. A Escola Olga Dellaia em Jarú do 8º e 9º ano, deu 5, o Ideb. Capitão Sílvio de Farias em Jarú deu 4.9. O Colégio Tiradentes II, em 2015, segundo o Ideb, deu 3.9. Então, a informação que eu recebi está errada. Eu tenho essa informação tirada no site do Ministério, então, Tiradentes II, aqui olha. Mas, eu estou dizendo isso, porque eu estou dizendo isso? Para a gente até fazer alguns alertas do que foi dito de todo o sistema, e aqui nesta Casa, vocês já têm noção de quem é contra a universalização do modelo ou desse modelo, mas que ninguém é contra, a Escola Tiradentes, e que ninguém é contra a Escola Militar, nem quem é contra e nem os professores, ninguém. O que nós precisamos levar em consideração é o que foi dito aqui, e eu aprendi muito hoje Capitão, Capitão, não é? Coronel, desculpas, eu aprendi muito. Por exemplo, eu não sabia que aluno e estudante têm diferença padre, eu não sabia, e eu acho que aqui muita gente não sabia isso tem

importância? Tem, porque nós precisamos saber, o que a gente quer se é aluno ou se é estudante, isso é muito importante, inclusive para a SEDUC, para nós Deputados. E aí algumas coisas que eu vejo, por exemplo, eu lá nos municípios onde eu ando, ontem, aliás anteontem, eu estava lá no Cone Sul, e uma professora me procurou não para fazer uma emenda, me pedindo um dinheiro para comprar uma tela para fazer a horta lá na escola dela. Então, a gente precisa analisar o que nós podemos fazer para que tudo, não é Érika? Tudo que tenha lá tenha cá, esse é o debate, não é? Seleção, nós não podemos pegar uma escola pública de um local pobre da periferia da cidade e selecionar os alunos para ir para essa escola, não pode, porque aí alguém vai sobrar e vai ter que ir para outra escola mais longe, coisa que a gente precisa adequar nessa escola, não é. Eu vi muitas coisas já nos meus 58 anos de idade com relação à educação, eu já sentei na porta de escola para trator não derrubar a escolinha de quatro e quatro quilômetros lá nos anos 80, e por quê? Naquela época nós falávamos se fizesse aquilo o êxodo rural ia aumentar Presidente Fábio, e hoje nós estamos vendo que já não são mais as escolas polarizadas que resolvem o problema da educação, por exemplo, no campo. Agora o que vai resolver o problema são o ônibus e a escola na cidade, ou seja, nós retrocedemos e estamos nestes termos. Eu disse aqui numa Audiência Pública que a mediação tecnológica, o Estado não precisava e não estava pronto para fazer, e foi aprovado por esta Casa, e me cabe como Deputado respeitar a decisão desta Casa e do Governo e fiscalizar agora. E eu tenho passado em escolas onde o quem dar aula é um pen drive gravado na casa do vizinho porque lá não tem internet. Então, eu estava certo quando eu disse, e são muitas dessas escolas, tem delas que está funcionando bem, mas muitas delas, muitas delas o professor têm que ir lá ao vizinho, ocupar a internet dele, copiar a aula e levar. E eu chego a SEDUC e comunico isso, para resolver, porque agora nós temos que resolver os problemas, está instalado. E a militarização, ou a forma como está sendo feita, algumas regras precisam seguir, porque o convencimento da sociedade quando o ato, o ato lhe traz benefício e comodismo, é fácil de convencer, talvez vocês estão me entendendo, não é? Por exemplo, induzir lá nos anos 80 e 90 que o aluno ia andar de ônibus, naquele tempo nós andávamos de bicicleta e foi fácil para todo mundo concordar que fosse para a escola polo. O netbook agora entregue para os alunos, embora nunca tenha funcionado, é uma maneira de convencer, e a forma como se coloca e as benesses que traz a escola militarizada a sociedade se fizer uma pesquisa de opinião pública no Estado, eu vou ser modesto, 80% da população é a favor da militarização, por quê? Porque traz comodismo na educação do filho, traz segurança para o filho na escola, imaginária segundo eles, só que aí a gente inverte os papéis. É preciso que se analise também que dentro da própria Polícia Militar que é feita de seres humanos e parte de uma sociedade com todos os defeitos também tem defeitos e problemas gravíssimos, gravíssimos, eu não vou enumerá-los porque não precisa, é feito de gente e tudo que é feito de gente tem problema, então a essência da educação talvez eu não saberia aqui definir, mas os mestres, o doutor da OAB que passou aqui, o Padre que passou aqui, os expositores da Polícia Militar mostram para nós e que está claro que a doutrina na escola não é democracia na escola e que está claro também que as audiências públicas que foram feitas foram reuniões e não foram audiências públicas e garanto que talvez se tivesse audiência pública o convencimento até seria maior, mas a sociedade estaria aberta ao diálogo. Eu trago essa audiência questionado por companheiros desta Casa pelo

próprio Governo puxar essa audiência, mas como eu não nasci e não fui criado só com mandioca, embora eu comi muito mandioca e abóbora, a obrigação nossa é trazer para a sociedade a oportunidade de poder pela internet pelo menos assistir essa audiência e ver os pros e os contras de cada uma. E para isso, para concluir, a audiência e aí o Ministério Público disse hoje para o SINTERO que isso aqui era uma audiência política, se ele não quer participar de política vá para onde não tem democracia, esse é um recado que eu mando, porque aqui é um ato político mesmo e é para isso que eu fui eleito e esses deputados foram eleitos para isso, não é para bater palma, então a gente precisa pontuar essas coisas. Eu tenho como encaminhamento eu queria pedir porque a audiência não tem poder e não tem direito de deliberação, a não ser proposição, propor para que antes de militarizar qualquer escola, cadê a nossa redação aqui, por favor, a nossa redação aqui da Casa, por favor, propor que, a discussão é que não se militarize, essa é a discussão, porém tem uma lei aprovada e esta comissão não tem esse poder, calma, se vocês deixarem em encaminhar talvez, talvez a gente consiga encerrar a audiência, primeiro tem uma lei aprovada, então a proposição que nós podemos fazer é que se revogue a lei, essa é a primeira; a segunda, antes de qualquer discussão sobre militarização que a SEDUC vá lá na escola faça um levantamento dos problemas junto com os pais, com os alunos e professores e solucione os problemas, resolve os problemas, em aí não conseguindo resolver os problemas a se tome outra medida que possa resolver o problema.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Lazinho, no encaminhamento aí você está propondo, está ficando encaminhado que nós vamos revogar, propor para revogar....

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Propor a revogação da lei, esse é o pedido da plenária.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É o pedido deles, eu quero saber se é o compromisso da Mesa?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – É o compromisso.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Lazinho, V.Exª está firmando aqui um termo de compromisso no final da audiência, é isso que V.Exª está tentando fazer?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – É um documento...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Que vai ser encaminhado ao Governo do Estado através da SEDUC prioritariamente que é ela que encaminha. Para que sejam feitas as audiências públicas em qualquer modelo de mudança de ensino no Estado, audiências públicas para que essa audiência encaminhe ao Ministério Público Federal e Estadual o cumprimento ou não da Constituição perante esse ato do Governo. Isso nós vamos fazer e vamos encaminhar solicitando que se posicione, porque dizer que nós só fazemos políticas, nós queremos que ele se posicione independente de qual seja o resultado da posição do MP.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lazinho, eu só queria só para ajudar nos encaminhamentos. Já que a Constituição

fala claro lá que as questões das escolas públicas não podem ser militarizadas dessa forma, e se a Assembleia cometeu engano, esse erro, a própria Assembleia pode propor a revogação exatamente baseado no que foi cumprido...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por isso que eu estou sugerindo, aliás, estou apresentando a proposta de encaminhar para ter o posicionamento do Ministério Público do Estado e para o Ministério Público Federal, ele que se posicione e ver quem está errado e quem está certo, claro que eles vão se posicionar perante a Constituição. Vou te ouvir, só para encaminhar.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Gostaria de sugerir a Vossa Excelência que isso aí ao final da Audiência Pública fosse elaborado um documento e encaminhado para os setores competentes.

O SR. LAZINHO FETAGRO (Presidente) – Está fazendo um documento.

O SR. JEAN OLIVEIRA – E aí encaminhava para o Ministério Público e para a SEDUC como proposta da Audiência Pública. É isso que Vossa Excelência tem que fazer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Mas é isso que eu estou fazendo. Está ali o relator fazendo a relatoria para a gente esse documento encaminhar, é isso que nós estamos fazendo. Deputado Adelino, também uma proposição, que a SEDUC faça uma avaliação quanto à qualidade e o resultado obtido depois da implantação das escolas, proposta do Deputado Adelino.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lazineho, nós estamos vendo aqui, agora que é o momento mais importante da Audiência. A gente está vendo aqui e pelo jeito essa propositura, essa proposta foi encaminhada pelos Deputados, e é inconstitucional Deputado, não é iniciativa dos Deputados pro-porem esse tipo de legislação, isso tinha que vir do Executivo. Se a Lei for proposta pelos Deputados, aí está mais flagrante ainda a inconstitucionalidade, primeiro fere a Constituição, segundo também fere a iniciativa, que isso aqui é de iniciativa do Executivo, nós Deputados não podemos propor, propor, nada de mudança com relação a essa situação, não temos, é inconstitucional. Se foi proposta pelos Deputados Adelino, ela é flagrante.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É do Estado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, mais está aí pelos Deputados que foi proposta aí pelos Deputados, Deputado Jesuíno, Deputado Airton e Deputado Maurão, ela foi proposta pelos Deputados. A propositura.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A mensagem é do Executivo, quem aprovou foi o Legislativo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só a título de esclarecimento Presidente. Essa iniciativa foi do Executivo, nós aprovamos, é uma Lei Estadual e só o Estado pode mandar aqui para poder revogar. É inconstitucional, qualquer proposição aqui vai revogar. Não adianta nós iludirmos as pessoas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Além desses encaminhamentos, que nós fizemos aqui, teria mais algum

encaminhamento para a gente colocar em ata? Não? Ok. Então, nós vamos. Nós vamos então fechar a ata. Nós temos a mesma Lei, nós vamos fazer esses encaminhamentos, vamos constar em ata e vamos encaminhar ao Executivo e aos órgãos competentes.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada essa Audiência e convido a todos para tomarmos um cafezinho ali fora. Obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19 horas e 04 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

REQUERIMENTO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT – Requer a realização de Sessão Solene nesta Casa de Leis no dia 21 de setembro de 2017, às 9 horas, para homenagem aos desportistas do Estado de Rondônia.

O Deputado *in fine* subscrito, cumprida os protocolos do regimento interno, requer a realização de Sessão Solene nesta Casa de Leis no dia 21 de setembro de 2017, às 9hs, para homenagem aos desportistas do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Excelsior Parlamento,

Temos buscado reconhecer dentro do nosso Estado os incontáveis heróis que contribuíram para o enaltecimento do esporte em nosso Estado. A homenagem é uma forma de dizermos a eles nosso muito obrigado. Obrigado pelas medalhas, pelas histórias de superação, pelas vitórias, pelas conquistas. Obrigado por trazerem ao mundo dos esportes o nome de cada um, que fez com que nosso Estado fosse valorizado pelos talentos que esses heróis, nos emprestaram. Essa solenidade busca lembrar a nós mesmos de que eles fazem parte dessa história. Sendo estas as nossas justificativas, contamos com o apoio deste parlamento.

Plenário das Deliberações, 02 de agosto de 2017.
Dep. Lazineho da FETAGRO - PT

REQUERIMENTO COMISSÃO TEMPORÁRIA DE RÁDIO E TV – Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de discutir a implantação da Rádio e TV da Assembleia Legislativa, bem como, aprimoramento das mídias sociais.

A Comissão Temporária com a finalidade de discutir a implantação da Rádio e TV da Assembleia Legislativa, bem como, aprimoramento das mídias sociais, nos termos do artigo 32 do Regimento Interno, requer a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o prazo inicial não foi suficiente para a conclusão dos trabalhos, estamos requerendo a prorrogação da mesma.

Plenário das Deliberações, 08 de agosto de 2017.
Dep. Léo Moraes – PTB

REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL DO HOSPITAL DO CÂNCER – Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, com a finalidade de averiguar denúncia do não credenciamento do Hospital do Câncer da Amazônia pelo Ministério da Saúde, por ingerência política.

A Comissão Temporária Especial, com a finalidade de averiguar denúncia do não credenciamento do Hospital do Câncer da Amazônia pelo Ministério da Saúde, por ingerência política, nos termos do artigo 32 do Regimento Interno, requer a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o prazo inicial não foi suficiente para a conclusão dos trabalhos, estamos requerendo a prorrogação da mesma.

Plenário das Deliberações, 07 de agosto de 2017.
Dep. Hermínio Coelho – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO DR. NEIDSON – PMN – Requer à Mesa Diretora, nos termos Regimentais, a Constituição de uma Comissão Especial composta de 03 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, que tem por finalidade atuar em defesa da pavimentação da RO 420, sentido Ariquemes ao Vale do Mamoré/RO.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos Regimentais, a Constituição de uma Comissão Especial composta de 03 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, que tem por finalidade atuar em defesa da pavimentação da RO 420, sentido Ariquemes ao Vale do Mamoré/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

A presente proposição se faz de suma importância, pois, consigna-se que um trecho da rodovia se encontra inserido dentro da área do Parque Estadual de Guajará Mirim, e seu trânsito era impedido.

Acontece que para toda aquela comunidade residente no local, a abertura da Estrada bem como a pavimentação trata-se de um sonho para todos. Afinal trariam muitos benefícios, bem como ajudaria na escoação agropecuária e ainda, faria a ligação com a BR 425 e ajudaria a tirar a região do Vale do Guaporé do isolamento.

Ademais é com este intuito que o digno Parlamentar Dr. Neidson, propõe o presente requerimento como forma de atender as necessidades de toda comunidade residente naquela região e que necessitam das devidas providências pertinentes ao caso em tela.

Ante o exposto, é que pedimos aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, 02 de agosto de 2017.
Dep. Dr. Neidson – PMN

PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – Dispõe, no âmbito do Estado de Rondônia, sobre a venda de ingressos em teatros e casas de espetáculos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º - Os teatros e casas de espetáculos instalados no Estado de Rondônia ficam obrigados a disponibilizar ingressos com lugares numerados aos clientes.

§ 1º - O teatro, a casa de espetáculos ou terceiro que comercialize o ingresso deverá apresentar mapa ou croqui com a disposição e localização dos assentos numerados no momento da venda.

§ 2º - Os clientes poderão escolher livremente dentre os lugares disponíveis, desde que o estabelecimento ainda não os tenha comercializado previamente.

§ 3º - Os ingressos a serem vendidos deverão conter impressos os números da fileira e da cadeira os quais se referem.

§ 4º - As cadeiras e assentos dos teatros e casas de espetáculos deverão ter, em lugar de destaque e em tamanho visível, a numeração distintiva.

Art. 2º - Ficam os centros comerciais que possuam os estabelecimentos de que trata esta Lei e os próprios estabelecimentos obrigados a divulgar o conteúdo desta através da colocação de cartazes em suas dependências.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei cria a obrigatoriedade da adoção do sistema de vendas de ingressos com cadeiras numeradas teatros e casas de espetáculos instalados no Estado de Rondônia. Tem por fundamento garantir ao consumidor a opção, comodidade e seu bem-estar. O cliente poderá optar pela localização de seu assento, com antecedência, via compra fornecida no estabelecimento ou por terceiros.

A medida vai facilitar o acesso e evitar a fuga de espectadores sujeitos aos transtornos das filas, como exposição a brigas e a confusões na busca por um assento melhor. Não se pode conceber que, num universo cultural de tamanha riqueza e complexidade, testemunhemos, diariamente, situações que comprometam o tempo, a paciência e até mesmo a integridade do consumidor.

O Projeto de Lei também visa beneficiar ao idoso, deficientes e gestantes na disputa pelos melhores lugares, impedindo-os a ficar por horas em filas.

O consumidor tem o direito ao conhecimento do que está sendo fornecido. Permitindo assistir com seus acompanhantes.

A venda de ingressos numerados já foi introduzida com êxito em teatros de todo o mundo. Devemos acompanhar a evolução cultural e as facilidades que ela proporciona, para não ficarmos estagnados no tempo.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação de nosso projeto de lei.

Plenário das Deliberações, 02 de agosto de 2017.
Dep. Airton Gurgacz – PDT

PROJETO DE LEI DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PMDB - Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, DECRETA:

Art. 1º - Toda criança tem direito ao aleitamento materno, nos termos da recomendação da Organização Mundial da Saúde – OMS.

Art. 2º - Os estabelecimentos públicos e privados são proibidos de impedir, constranger ou segregar o ato da amamentação em suas instalações.

Parágrafo único – Ainda que existam espaços destinados à amamentação, o ato de amamentar é livre e discricionário entre mãe e filho quanto à necessidade, oportunidade e local em que será realizado.

Art. 3º - Para os fins desta Lei, estabelecimento é todo local fechado ou aberto destinado à atividade comercial, cultural, recreativa ou de prestação de serviços, público ou privado.

Art. 4º - O estabelecimento que proibir ou constranger o ato da amamentação em suas instalações estará sujeito às sanções dispostas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá regular, no que couber, a presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A Organização Mundial da Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recomendam que todos os bebês sejam amamentados com leite materno exclusivamente até o sexto mês de vida, depois disso o aleitamento materno deve ser complementado com outros alimentos até 2 (dois) anos ou mais. Esta recomendação é adotada oficialmente pelo Brasil. Porém, em todo o mundo, apenas 35% das crianças recebem aleitamento exclusivo durante os primeiros quatro meses de vida.

Vale dizer que a amamentação constitui uma importante vertente no que se refere à saúde da mulher e a proteção da criança. Contexto em que se integram a família como o núcleo gerador desta proteção, fornecendo apoio, incentivo, valores e conhecimento, a sociedade ou, em menor escala, a comunidade que solidariamente desenvolvem projetos facilitadores da ação, e, por último, mas não menos importante, o Estado, que se utilizando do Legislativo, regulamenta normas em torno da amamentação, garantindo as condições adequadas de forma integral e universal, estabelecendo políticas públicas facilitadoras e de caráter educacional.

Este costume chega ao Brasil com a colonização portuguesa, delegando às escravas negras o papel de amamentar os bebês brancos, e não somente isso, como também de alimentar estas crianças além da fase de amamentação.

Este direito no estado de São Paulo, foi outorgado pela Lei 16.047/2015, que assegurou à criança o direito ao aleitamento materno em estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados, estabelecendo aplicação de multa de 24 (vinte e quatro) UFESPs, duplicando na reincidência. Seguido pelo estado do Rio de Janeiro através da Lei 7.115/2015. No Estado de Santa Catarina, desde junho de 2014, vigora a lei, que prevê multa, variando de R\$ 2 mil a R\$ 40 mil, a quem proibir mães de amamentarem em estabelecimentos comerciais. Esta lei é válida também para casas de espetáculo, bares, restaurantes e similares.

Mesmo sendo reconhecida por lei e estimulada por campanhas das organizações de saúde, a amamentação nem sempre é bem vista em nosso país. A lei permite que as mulheres amamentem seus bebês em qualquer espaço do território municipal, seja ele público ou privado, aberto ou fechado, prevendo multas por seu descumprimento.

Caso de muita repercussão, foi o acontecido no Museu de Imagem e Som (MIS), em São Paulo, quando uma mãe que visitava uma exposição com a filha de sete meses foi convidada a se retirar para amamentar em “local reservado”.

A principal recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) relativa à amamentação é que “as crianças devem fazer o aleitamento materno exclusivo até aos seis meses de idade. Ou seja, até essa idade, a criança deve receber apenas leite materno sem outro alimento ou líquido complementar.

Mesmo assim, muitas mulheres se sentem constrangidas ao amamentar em público. Em enquete realizada recentemente, constatou-se que 23% das mulheres sentem vergonha ou ficam incomodadas em amamentar em público, 6% acham que não devem fazê-lo, e 33% das mães disseram ter sofrido algum tipo de constrangimento por terem amamentado em lugares públicos.

Tornou-se necessário, portanto, as normatizações estaduais a fim de garantir este direito fundamental e estabelecer penalidades a quem desobedecê-las. O objetivo da lei no tocante à amamentação foi preventivo no sentido de coibir alguma proibição que pudesse surgir, além de garantir o livre exercício desse direito pelas mães.

O direito à amamentação, está inserido os direitos universais à vida, à saúde e à alimentação, e, com absoluta prioridade, no direito da criança, cabendo ao Estado, como corresponsável pela criança, manter a garantia a esse direito, tanto no plano das políticas públicas quanto no plano legislativo.

Plenário das Deliberações, 08 de agosto de 2017.
Dep. Maurão de Carvalho – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PMN - Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de averiguar a situação financeira do Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON.

A Comissão Temporária com finalidade de averiguar a situação financeira do Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON, nos termos do artigo 32 do Regimento Interno, requer a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o prazo inicial não foi suficiente para a conclusão dos trabalhos, estamos requerendo a prorrogação da mesma.

Plenário das Deliberações, 08 de agosto de 2017.
Dep. Jesuino Boabaid - PMN

PROJETO LEI ORDINÁRIA DEPUTADO LÉO MORAES – PTB - Regulamenta o sistema e inclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º A inclusão do nome dos consumidores em cadastros ou bancos de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, referente a qualquer informação de inadimplemento dispensa a autorização do devedor, mas, se a dívida não foi protestada ou não estiver sendo cobrada diretamente em Juízo, deve ser-lhe previamente comunicada por escrito, e comprovada, mediante o protocolo de aviso de recebimento (AR), a sua entrega no endereço fornecido por ele.

Art. 2º A comunicação deve indicar o nome ou razão social do credor, natureza da dívida e meio, condições e prazo para pagamento, antes de efetivar a inscrição.

Parágrafo único – Deverá ser concedido o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para quitação do débito ou apresentação de comprovante de pagamento, antes de ser efetivada a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito.

Art. 3º Para efetivar a inscrição, as empresas que mantêm os cadastros de consumidores residentes no estado de Rondônia deverão exigir dos documento que ateste a natureza da dívida, sua exigibilidade e a inadimplência por parte do consumidor.

Art. 4º - As empresas deverão manter canal direto de comunicação, indicado expressamente no aviso de inscrição, que possibilite a defesa e a apresentação de contraprova por parte do consumidor, evitando a inscrição indevida.

Parágrafo único – Havendo comprovação por parte do consumidor sobre a existência de erro ou inexatidão sobre o fato informado, fica a empresa obrigada a retirar, independentemente de manifestação dos credores ou informantes, os dados cadastrais indevidos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Tem a presente propositura a finalidade de garantir aos consumidores, além do direito à informação escrita sobre o motivo do indeferimento de crédito ou a negativa de aceitação de crédito, a certeza e segurança de que eles serão comunicados, quando do lançamento de sua nome e de seus respectivos números de documentos de identificação nos cadastros e bancos de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, explorados por empresas prestadoras dos serviços de informações creditícias para as instituições financeiras, associações comerciais e clubes logistas.

A exigência de prévia comunicação escrita é direito do consumidor, consagrado no art. Da lei 8.078/90, 43, §2º, da lei 8,78/90, Código do Consumidor.

A certeza da comunicação prévia, consubstancia na exigência da comprovação de sua entrega ao consumidor, por sua vez, funciona como prevenção aos direitos civis suspensos no casos de inserções equivocadas ou mesmo realizadas com a finalidade de exigir do consumidor o pagamento de importâncias indevidas, que acabam acarretando, injustamente, abalos creditícios, e ocasionando a suspensão de uma venda parcelada, financiamento de um bem, do x cheque especial, do cancelamento do cartão de crédito, chegando às vezes a medidas extremadas como a demissão no trabalho ou como fator de impedimento da conquista de um novo emprego.

A comprovação da entrega da prévia comunicação escrita, de débito, enviada do consumidor, é direito consagrado pela Justiça.

Por tais razões peço aos meus Pares a aprovação do projeto de lei, ora apresentado.

Plenário das Deliberações, 08 de julho de 2017
Dep. Léo Moraes – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON – PV - Requer ao Poder Executivo, informações sobre o processo de transferência de área pertencente ao Estado para o município de Porto Velho, localizado na rua Miguel, nº 1155, bairro COHAB.

O Parlamentar que abaixo subscreve, requer ao Poder Executivo, nos termos do Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art.179 do Regimento Interno, informações sobre o processo de transferência da área pertencente ao Estado para o município de Porto Velho, localizado na rua Miguel, nº 1155, bairro COHAB.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Este requerimento visa obter informações sobre o processo de transferência de área pertencente ao Estado para o município de Porto Velho, localizado na rua Miguel, nº 1155, Bairro Cohab.

Importante mencionar, que a Associação Desportiva e Cultura do COHAB – Floresta IV Etapa pretende construir um complexo esportivo e cultural no local.

Outrossim, conforme informações ainda, a gleba que compõe o conjunto habitacional já se encontra devidamente em nome do Estado de Rondônia e não mais da COHAB, cuja transferência para o Município tem o escopo de utilizar a regularização daquelas unidades habitacionais, bem como definir as áreas de uso comum e de preservação, conforme já noticiada a DIPAT.

Cumpre-nos informar que implica em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas, conforme Art. 31, § 3º da Constituição do Estado de Rondônia.

Diante disso, solicito apoio dos nobres Pares para aprovar o requerimento.

Plenário das Deliberações, 07 de agosto de 2017
Dep. Anderson do SINGEPERON – PV

REQUERIMENTO DEPUTADA ROSANGELA DONADON – PMDB - Requer a concessão de Voto de Louvor ao senhor Gilberto de Oliveira.

A Deputada que o presente subscreve, na conformidade do artigo 181, XII, do Regimento Interno, desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora a concessão de Voto de Louvor ao senhor Gilberto de Oliveira, pelo serviço prestado a fim de angariar recursos financeiros revertidos para melhoria na qualidade do ensino dos educandos da APAE de Colorado do Oeste /RO.

Certa de que essa propositura merece total acolhimento, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A concessão de Voto de Louvor tem por mister reconhecer, homenagear e preservar a memória de exemplos de cidadania, ofertando, especialmente as novas gerações, paradigmas de civismo em que posam se pautar.

Como Vossas Excelências podem anuir, e é do conhecimento de todos o grande trabalho realizado pela APAE – Associação de Pais e Amigos da Excepcionais em todo nosso País. Esse trabalho não é diferente em relação a APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais, Escola de ensino Especial “Marcos Ariana”, de Colorado do Oeste – Rondônia.

Eles desenvolvem ações educativas que enfatizam as capacidades cognitivas, físicas, afetivas, interpessoais, éticas e estéticas do educando bem como habilidades de inserção social, tendo por missão possibilitar o pleno desenvolvimento do potencial da pessoa com necessidades educativas especiais, melhorando sua qualidade de vida, proporcionando condições para que sua individualidade se manifeste e possa ser adequadamente administrada, oferecendo diferentes possibilidades técnicas e instrumentos para melhor prepará-las para a vida em sociedade, garantindo o direito à cidadania de pessoas.

A APAE atende mais de 60 alunos com Deficiência Intelectual e Múltipla. Para isso necessita de doações para suprir as necessidades básicas dos educandos.

Sabendo dessas necessidades, o Sr. Gilberto de Oliveira, desde do ano de 1997, realiza uma festa em sua fazenda, denominada Prova do Laço, contendo várias atrações, sendo montada em touro, prova de laço, leilão de gados, almoço baile apresentação de danças, teatros e musicas vendas de camisetas, barracas com doces e salgados, torneio de futebol, entre outros com o muito unidos com o povo a fim de angariar recursos para a APAE, do município de Colorado do Oeste – RO.

O evento supracitado há 20 (vinte) anos é realizado e organizado pelo Sr. Gilberto, onde o recurso arrecadado é todo voltado para a APEA, sendo o maior percebido pela entidade. Sendo essencial para reformas, adquirir equipamentos para o trabalho pedagógico, bem como manter os atendimentos especializados fundamentais que os alunos necessitam para uma qualidade de vida melhor. Desse modo tornou-se o único e maior recurso para manter o funcionamento da APAE.

Sabendo disso, é merecedor do nosso reconhecimento, pelo relevantes e notável serviço prestado à população, em especial, ao mais necessitados. Para que a cada novo dia de trabalho seja a recompensa divina ao esforço realizado em favor da APAE, em favor das crianças e jovens que carecem de atenção especial. Que seja eternamente feliz na atividade que está exercendo e lute sempre com todas as forças, por tudo aquilo em que acredita, fazendo valer o sentido maior do sonho, que é a valorização do ser humano acima de tudo.

Ante o exposto, dada à relevância do pleito, solicito de Vossas Excelências a aprovação da concessão do Voto de Louvor, pelos motivos expostos.

Plenário das Deliberações, 08 de agosto de 2017
Dep. Rosangela Donadon – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – PDT - Requer a Mesa Diretora que institua e disponibilize a população ferramenta de comunicação de consulta à legislação, por meio de aplicativo “AGORA É LEI EM RONDÔNIA” para “tablet” e “smartphone”, referente a direitos do consumidor, do servidor público, de combate a todas formas de violência e campanhas educativas.

O Parlamentar que subscreve, requer à Mesa Diretora que institua e disponibilize a população ferramenta de comunicação de consulta à legislação, por meio de aplicativo “AGORA É LEI EM RONDÔNIA” para “tablet” e “smartphone”, referente ao direito do consumidor, direito do servidor público, de combate a todas formas de violência e campanhas educativas.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

A internet é o segundo meio de comunicação usado pelos brasileiros, atrás da televisão e à frente do rádio, segundo a segunda edição da “pesquisa Brasileira de mídia 2016”, encomendada ao Ibope pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com 15.050 entrevistados.

De acordo com o levantamento, a internet é o segundo meio de comunicação citado para se buscar as primeiras informações com 26% de primeira menção e 49% de segunda menção. Tendo relevante indicação de 50% dos pesquisadores com acesso de 07 dias por semanas/todos os dias.

Entre os entrevistados, aproximadamente dois em cada três acessam a internet domiciliar é predominante entre os locais de maior uso. O telefone celular supera e muito o computador como o dispositivo mais utilizado no acesso à internet e algo em torna de três em cada dez respondentes que utilizam a internet declaram utilizar somente um dispositivo para tal atividade. O tempo médio de acesso diário, considerando tanto o meio de semana quanto o final de semana, fica um pouco acima das quatro horas e trinta minutos.

Desta forma este Parlamentar, escutando os prantos da população, verificou o desconhecimento das normas editadas por esta Casa de Leis, devendo ser facilitado o acesso e dinamizar seu conteúdo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná criou, através da Diretoria de Comunicação e Setor de Tecnologia da Informação, o aplicativo “AGORA É LEI NO PARANÁ” para “tablet” e “smartphone” criado pela Diretoria de Comunicação, reúne mais de 300 leis estaduais de interesse do consumidor para que o cidadão possa cobrar seus direitos pelo celular, a qualquer hora e de qualquer lugar. [HTTP://www.alep.gov.br/agora_e_lei/](http://www.alep.gov.br/agora_e_lei/).

Este Parlamentar, o excelentíssimo Deputado Airton Gurgacz, vem acompanhado o crescimento do aplicativo “AGORA É LEI NO PARANÁ” desde junho de 2017 com muito interesse, com finalidade de implantar o sistema no Estado de Rondônia. Desta forma solicitou apoio e informações para implantar a importante ferramenta na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, auxiliando a população com conhecimento e publicidade a ela promovidos.

O Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Ademar Luiz Traiano, em resposta do 055/GDAC/2017 do Deputado Airton Gurgacz, agradeceu a “manifestação de apreço ao nosso trabalho e colocou a Diretoria de Comunicação a disposição para devidas orientações quanto a implantação nesta Casa de Leis”.

Ao exposto, se torna imprescindível a publicidade das leis pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia por meio de aplicativos, de forma a orientar a população dos direitos a elas pretendidos.

Certo que essa proposição merece total acolhida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 08 de agosto de 2017
Dep. Airton Gurgacz – PDT

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1755/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **ALBERTO ANDRADE DO NASCIMENTO**, matrícula 200163596, para Assistente Técnico, código AST-27, do Departamento de Polícia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1720/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ALESSANDRA GOMES MARQUES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 14 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1657/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ALINE LEZZI FALCAO FARIAS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 03 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1638/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANDRE LUIZ SOARES MACHADO, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Jesuino Boabaid, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 01 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1645/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANDRESSA DAMACENA LIMA SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 02 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1729/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ANTONILSON DA SILVA MOURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-27, no Departamento de Informática, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 14 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1677/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

CARLOS ALBERTO DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Ribamar Araujo, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 07 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1739/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

CELSO DE SOUSA BUENO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-28, do Gabinete da Presidência, a contar de 10 de agosto de 2017.

Porto Velho, 15 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1669/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

CLAUDINEIA VIANA LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-

11, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 04 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1684/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da servidora **CLEONICE FERREIRA BORGES DA SILVA**, matrícula 200163224, Assistente Parlamentar, para o Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 07 de agosto de 2017

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1641/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação do servidor **CLEUDEMIR MARTINEZ DA SILVA**, matrícula 200163795, Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 02 de agosto de 2017

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1604/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DOUGLASS GUIRADO SUCKOW BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 17 de julho de 2017.

Porto Velho, 18 de julho de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1756/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **EVECLEI MESQUITA DE SOUZA**, matrícula 200161153, para Secretário de Gabinete, código DGS-6, e relatar no Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1623/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FABIO LUIZ DE BARROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 17 de julho de 2017.

Porto Velho, 31 de julho de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1664/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FERNANDA POLIANA GOMES DA SILVA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 04 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1639/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

FERNANDO ESTEVES DE ALMEIDA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 01 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1665/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GUSTAVO VILAS BOAS DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 04 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1648/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

INGRIDI FERREIRA DE MIRANDA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 02 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1732/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ISRAEL MACIEL DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete da Deputada Rosângela Donadon, a contar de 02 de agosto de 2017.

Porto Velho, 15 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1752/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **JACQUELINY BORGES DE LOURDES**, matrícula 200162393, Assistente Técnico, para o código AST-20, do Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1775/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

JONATHAS TRAJANO DE OLIVEIRA JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-14, da Escola do Legislativo, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1750/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **LUCIANA MALTA BELFORT**, matrícula 200161770, para Assessor Técnico, o código AT-20, do Departamento Médico, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1780/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUCIVALDO EVANGELISTA DE SOUZA JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, no Departamento de Informática, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1754/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **MACELIO PINHEIRO DE LIMA**, matrícula 200161588, para Secretário de Apoio, código DGS-9, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1661/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

MARCOS LACERDA RIBEIRO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 04 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1656/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

NATIELLY DAMACENA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-

25, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 03 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1672/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **PEDRO HENRIQUE BARBOSA LIMA**, matrícula 200163725, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 04 de agosto de 2017

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1753/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO**, matrícula 200162215, Assistente Técnico, para o código AST-20, do Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1751/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **TEREZINHA COSTA DE BRITO MIRANDA**, matrícula 200160501, Assistente Técnico, para o código AST-22, do Departamento de Cerimonial, a contar de 1º de agosto de 2017.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1662/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ZILOMARCIO RODRIGUES ANTUNES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 03 de agosto de 2017.

Porto Velho, 04 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1784/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º. CONSTITUIR a Comissão Multidisciplinar de Projeto Básico e Termo de Referência, com a finalidade de elaboração e padronização de Projetos Básicos e Termos de Referência no âmbito deste Poder Legislativo.

Art. 2º. ESTABELECE que a Comissão de que trata o art. 1º terá as seguintes atribuições e competências:

I – Examinar Projetos Básicos e Termos de Referência encaminhados pelos diversos setores administrativos, propondo alterações e ajustes que considerar necessários a correta instrução visando a abertura de processo licitatório;

II – Elaborar Projetos Básicos e Termos de Referência quando determinados pelo Secretário Geral e Presidente da ALE;

III – Padronizar Projetos Básicos e Termos de Referência que atendam todas as naturezas de despesas a serem contratadas pela Administração do Poder Legislativo.

IV – Reunir-se Ordinariamente, sempre que houver demanda a ser atendida.

V – Examinar e propor Instruções Normativas em conjunto com Controladoria Geral da ALERO.

VI – Propor alteração de seus membros.

Art. 3º. NOMEAR, sem ônus, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores, a contar de 1º de agosto de 2017.

SERVIDOR	FUNÇÃO	CADASTRO
MILTON NEVES DE OLIVEIRA	PRESIDENTE	200163708
WESLEY NUNES FERREIRA	MEMBRO	200161077
JULIANA PORTELA VERAS CAMPOS	MEMBRO	200161162
CARLA MAIZA SILVA DE FRANÇA	MEMBRO	200161749
TATIELLY SILVEIRA DE ALMEIDA	MEMBRO	200163461

Art. 4º. DETERMINAR que não haverá abertura de procedimento licitatório sem que o Projeto Básico ou Termo de Referência tenha sido examinado e aprovado pela Comissão ora instituída.

Porto Velho, 21 de agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 496/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 03 (três) diárias no período de 23 a 25/08/2017, ao servidor relacionado, que irá representar o senhor Deputado Lázinho da Fetagro, na quinquagésima reunião da Comissão de Agropecuária e Política Rural da Nova Legislatura da Assembleia Legislativa, no município de Ji-Paraná - RO, conforme Processo nº. 00012047/2017-13.

Matricula: 200161294
Nome: Olavo Nienow
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Com. Agrop. e Pol. Rural

Porto Velho - RO, 22 de Agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 497/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 23 a 24/08/2017, ao Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAID, cadastro nº200160356, conforme Processo nº. 00012095/2017-47.

Porto Velho - RO, 22 de Agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 498/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 23 a 24/08/2017, ao Deputado Estadual JURACY BARBOSA MOREIRA, cadastro nº200160367, conforme Processo nº. 0012133/2017-74.

Porto Velho - RO, 22 de Agosto de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2017/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 7063/2017-38

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo ATO Nº 1438/2016-SRH/P/ALE, através de seu Pregoeiro, vem apúblico comunicar que a abertura do pregão supracitado, tendo como finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de LIMPEZA, inicialmente marcada para o dia 23 de agosto de 2017, às 09h00min, foi prorrogada para o dia 25 de agosto de 2017, às 9:00hs.

Porto Velho-RO, 18 de agosto de 2017.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200163144

AVISO DE DESFAZIMENTO
EDITAL Nº 001/2017
Processo Administrativo nº 4476/2017-84

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE, através da Comissão de Reavaliação de Bens - C.R.B/ALE, nomeada pelo ATO Nº 0271/2017-SRH/P/ALE, torna público que procederá a desfaquecimento, por meio da modalidade "Alienação por Doação", de bens moveis considerados inservíveis para esta Administração, cujo Edital se encontra disponível no endereço eletrônico: www.al.ro.leg.br – link "licitações". Maiores informações pelos telefones: 069 3216-2857 ou 069 9 8472-2706.

Porto Velho/RO, 22 de agosto de 2017.

Lauricélia de Oliveira e Silva
Presidente da Comissão